

**ÉRIC ALLIEZ**

**MAURIZIO LAZZARATO**

# **GUERRAS E CAPITAL**

**TRADUÇÃO PEDRO PAULO PIMENTA**

**COLEÇÃO EXPLOSANTE**

**ubu**

# INTRODUÇÃO – AOS NOSSOS INIMIGOS

- 1** Vivemos o tempo da subjetivação das guerras civis. Não saímos da era do triunfo do mercado, da automatização das governamentalidades e da despolitização da economia da dívida para recuperar a época das “concepções de mundo” e dos confrontos abertos: esta é a era das novas máquinas de guerra.
- 2** O capitalismo e o liberalismo trouxeram em seu bojo as guerras como as nuvens trazem a tempestade. Se a especulação financeira que se intensificou do fim do século XIX ao início do XX levou à guerra total e à Revolução Russa, à crise de 1929 e às guerras civis europeias, a expansão contemporânea da financeirização pilota uma guerra civil global e dita as suas polarizações.
- 3** A partir de 2011, as múltiplas formas de subjetivação das guerras civis modificaram profundamente tanto a semiologia do capital como a pragmática das lutas que se opõem aos mil poderes da guerra como quadro permanente da vida. Do lado da experimentação com máquinas anticapitalistas, Occupy Wall Street nos Estados Unidos, os Indignados na Espanha, as lutas estudantis no Chile e no Quebec, bem como a Grécia de 2015, batem-se com armas desiguais contra a economia da dívida e as políticas de austeridade. Por toda parte no Sul, as primaveras árabes, as jornadas de junho de 2013 no Brasil e os confrontos do parque Gezi em Istambul, na Turquia, puseram em circulação as mesmas palavras de ordem e de desordem. A Nuit Debout, na França, é o episódio mais recente de um ciclo de lutas e ocupações que provavelmente teve início na praça Paz Celestial em 1989. Do lado do poder, o neoliberalismo incita o fogo de suas políticas econômicas predatórias fomentando uma pós-democracia autoritária e policialesca, gerenciada por

técnicas de mercado, enquanto as novas direitas (ditas “direitas duras”) declaram guerra ao estrangeiro, ao imigrante, ao muçulmano e aos *underclass*, para benefício das diversas extremas direitas, devidamente “desdemonizadas”. Estas, por sua vez, tratam de se instalar abertamente num terreno de guerras civis ditadas pelos seus imperativos de subjetivação, relançando a *guerra racial de classes*. A hegemonia neofascista sobre os processos de subjetivação é confirmada também pela retomada da guerra à autonomia das mulheres e à emancipação sexual (na França, a “Manif pour tous” [Manifestação para todos]), *extensões do domínio endocolonial da guerra civil*.

À era da desterritorialização irrestrita de Thatcher e Reagan sucedeu-se, com Trump – que não hesitou em tomar a frente dos novos fascismos –, uma redefinição territorial de carácter racista, nacionalista, machista e xenófobo. O *American Dream* virou o pesadelo de um planeta insone.

- 4 Existe um desequilíbrio óbvio entre, de um lado, as máquinas de guerra do Capital e os novos fascismos e, de outro, as lutas multiformes contra o sistema-mundo do novo capitalismo. Desequilíbrio político, mas também *intellectual*. Este livro se detém num vazio, num branco, num refluxo teórico e prático que diz respeito a dois conceitos que se encontram no âmago da potência e impotência dos movimentos revolucionários: o conceito de “guerra” e o de “guerra civil”.
- 5 “É como uma guerra”, ouvia-se em Atenas no fim de semana de 11 e 12 de julho de 2015. E com razão. A população se vira de súbito confrontada por uma estratégia de guerra a longo prazo e em grande escala, travada por meio da administração da dívida do país. Nela estavam em jogo a destruição da Grécia e, potencialmente, no mesmo golpe, a ruína do “edifício europeu”. O objetivo da Comissão Europeia, do Banco Central Europeu e do fmi nunca foi a mediação ou a busca por um meio termo, mas a derrota do adversário, em campanha arrasadora.

A expressão “é como uma guerra” deveria ser substituída por *é de fato uma guerra*. A reversibilidade entre guerra e economia está no fundamento do capitalismo. Há algum tempo,

Carl Schmitt pôs a nu a hipocrisia “pacifista” do liberalismo, reestabelecendo a continuidade entre a economia e a guerra: a economia persegue fins de guerra por outros meios (“o bloqueio do crédito, o embargo de matérias-primas, a desvalorização da moeda estrangeira”).

Dois oficiais de alto escalão da aeronáutica chinesa, Qiao Liang e Wang Xiangsui, definiram as ofensivas financeiras como “guerras não sangrentas”, tão cruéis e eficazes como as “sangrentas”: uma violência *fria*. O resultado da globalização, eles dizem, “é que, diminuindo o espaço do campo de batalha em sentido estrito, [ela transformou] o mundo num campo de batalha em sentido amplo”. A ampliação da guerra e a multiplicação dos nomes de seu domínio estabeleceram um contínuo entre guerra, economia e política. Desde os primórdios, porém, o liberalismo é uma *filosofia da guerra total*.

(O papa Francisco parece pregar no deserto quando afirma, com uma lucidez que falta aos políticos, aos analistas e mesmo aos críticos mais contundentes do capitalismo, que, “quando falo em guerra, falo de uma guerra de fato, não de guerra religiosa, mas de uma *guerra mundial fragmentada em mil partes*. [...] É a guerra pelo lucro, pelo dinheiro, pelos recursos naturais, pela dominação dos povos”.)

- 6 Também em 2015, na noite de 13 de novembro, alguns meses após a derrota da esquerda dita “radical” na Grécia, François Hollande, presidente da França, declarou que a República estava “em guerra” e decretou estado de emergência. A lei que o autorizava a fazê-lo, suspendendo as “liberdades democráticas” e dando poderes “extraordinários” aos órgãos de segurança pública, fora votada em 1955, durante a guerra colonial da Argélia. Aplicada em 1984 à Nova Caledônia e novamente em 2005, por ocasião dos “tumultos das periferias”, a lei do estado de emergência trouxe para o centro da arena as guerras colonial e pós-colonial.

O que aconteceu em Paris em uma triste noite de novembro [de 2015, por ocasião dos atentados], acontece todos os dias nas cidades do Oriente Médio: é o horror do qual tentam escapar milhões de refugiados que “inundam” a Europa. Veio à tona

então a mais antiga das técnicas colonialistas de regulação dos movimentos migratórios, dessa vez como extensão “apocalíptica” das infindáveis guerras lançadas em 2002 pelo fundamentalista cristão George Bush e por seu estado-maior de neoconservadores. A guerra neocolonial já não se desenrola apenas nas “periferias” do mundo – ela perpassa o seu “centro”, apropriando-se das figuras do “inimigo interno islamista”, o imigrante, o refugiado, o migrante. Sem esquecer dos eternamente entregues à própria sorte: os pobres e os trabalhadores empobrecidos, os precários, os desempregados de longa duração e os “endocolonizados” de ambos os lados do Atlântico...

- 7 O “pacto de estabilidade” (o estado de emergência “financeira” na Grécia) e o “pacto de segurança” (o estado de emergência “política” na França) são os dois lados da mesma moeda.

Desestruturando e reestruturando continuamente a economia-mundo, os fluxos de crédito e de guerra oferecem, juntamente com os Estados que os *integram*, as condições de existência, de produção e reprodução do capitalismo contemporâneo.

A moeda e a guerra são os elementos que constituem a polícia militar do mercado mundial, ou da dita “governança” da economia-mundo. Na Europa, ela é encarnada pelo estado de emergência financeira, que reduz a nada os direitos do trabalho e da seguridade social (saúde, educação, habitação etc.), enquanto o estado de emergência antiterrorista suspende os já exíguos direitos “democráticos” dessa mesma população.

- 8 Nossa primeira tese é de que a guerra, a moeda e o Estado são as forças constitutivas ou constituintes, ou seja, ontológicas, do capitalismo. A crítica da economia política é insuficiente na medida em que a economia não substitui a guerra, apenas a prolonga por outros meios, que passam necessariamente pelo Estado: a regulação da moeda e o monopólio legítimo da força, na guerra interna e na externa. Para realizar a genealogia do capitalismo e reconstituir o seu “desenvolvimento”, urge conjugar a crítica da economia política a uma crítica da guerra e a uma crítica do Estado.

A concentração e monopolização dos títulos de propriedade pelo Capital e a concentração e monopolização da força pelo Estado são processos que se alimentam reciprocamente. Sem o exercício da guerra no exterior e o fomento da guerra civil no interior das fronteiras do Estado, o capital jamais poderia se constituir. E também o inverso: sem a captura e a valorização da riqueza operada pelo capital, o Estado jamais poderia exercer as funções administrativa, jurídica e de governamentalidade, nem organizar exércitos cada vez mais poderosos. A expropriação dos meios de produção e a apropriação dos meios de exercício da força são as condições da formação do Capital e da constituição do Estado, que se desenvolvem paralelamente. A proletarização militar acompanha a proletarização industrial.

- 9 Mas de que “guerra” se trata, afinal? Seria o conceito de “guerra civil mundial”, desenvolvido quase ao mesmo tempo por Carl Schmitt e por Hannah Arendt no início dos anos 1960, que se impõe como sua forma mais pertinente depois da Guerra Fria? Seriam as categorias de “guerra infinita”, “guerra justa” e “guerra contra o terror” as mais adequadas aos novos conflitos surgidos com a globalização? Seria possível retomar o sintagma “a guerra” sem assumir com isso o ponto de vista do Estado?

A história do capitalismo é perpassada e constituída desde os primórdios por uma multidão de guerras de classe, de raça, de sexo,<sup>1</sup> de subjetividade e de civilização. *As guerras, e não a guerra*: eis a nossa segunda tese. As “guerras” como fundamento das ordens interna e externa, como princípio de organização da sociedade; as guerras, não somente de classe, mas também militares, civis, de sexo, de raça, a tal ponto integrantes da definição do Capital que, para dar conta da dinâmica delas em seu funcionamento real, seria preciso reescrever o livro de Marx do começo ao fim. Nas reviravoltas mais importantes do capitalismo, encontra-se não tanto a “destruição criadora” de Schumpeter, promovida pela inovação empresarial, mas o empreendedorismo das guerras civis.

- 10 Desde 1492, o ano 1 do Capital, a formação de capital se dá por

meio dessa multiplicidade de guerras em ambos os lados do Atlântico. A colonização interna (Europa) e a colonização externa (Américas) ocorrem paralelamente, se reforçam mutuamente e juntas definem a economia-mundo. Essa dupla colonização é o que Marx chama de acumulação primitiva. Mas, à diferença, se não de Marx, ao menos de certo marxismo predominante, não restringimos a acumulação primitiva a uma simples fase do desenvolvimento do capital, a ser ultrapassada a partir do “modo de produção específico” do capitalismo. Consideramos que ela constitui um modo de existência que acompanha incessantemente o desenvolvimento do capital, de maneira que, se a acumulação primitiva se prolonga em todas as formas de expropriação da acumulação contínua, segue-se que *as guerras* de classe, de raça, de sexo e de subjetividade *não têm fim*. A combinação entre elas durante a acumulação primitiva – em especial as guerras contra os pobres e as mulheres, na colonização interna da Europa, e as guerras contra os povos “primitivos”, na colonização externa da América – precedeu e engendrou as “lutas de classes” dos séculos XIX e XX, projetando-as numa guerra comum contra a *pacificação produtiva*. Pois tal pacificação, obtida ou não por meios sangrentos, é a finalidade da guerra do capital como relação social.

- 11 “Por se concentrar exclusivamente na relação entre capitalismo e industrialismo, Marx acaba não dando atenção aos estreitos laços entre esses fenômenos e o militarismo.” A guerra e a corrida armamentista têm sido, desde os primórdios do capitalismo, as condições do desenvolvimento econômico e da inovação tecnológica e científica. Cada etapa do desenvolvimento do capital inventa seu próprio “keynesianismo de guerra”. O único defeito dessa tese, enunciada por Giovanni Arrighi, é se limitar à guerra entre os Estados e acabar “não dando atenção aos estreitos laços” que o Capital, a tecnologia e a ciência têm com *as guerras civis*. Um coronel do exército francês resume as funções econômicas dessa espécie de guerra: “Somos produtores como quaisquer outros”. Revela, assim, um dos aspectos mais inquietantes do

conceito de produção e de trabalho, que os economistas, os sindicatos e os marxistas enrustidos cuidadosamente evitam tematizar.

- 12** A força estratégica da desestruturação / reestruturação da economia-mundo é, desde a acumulação primitiva, o Capital em sua forma mais desterritorializada; referimo-nos, é claro, ao Capital financeiro (é preciso designá-lo como tal, sem rodeios). Foucault critica a concepção marxiana do Capital porque nunca teria existido o capitalismo, apenas “um conjunto político-institucional” historicamente qualificado (argumento destinado a um sucesso retumbante).

Embora Marx nunca tenha efetivamente utilizado o conceito de capitalismo, deve-se conservar, mesmo assim, a distinção entre este último e o Capital, pois sua lógica, a do capital financeiro (d-d') é (sempre historicamente) a mais operacional. As “crises financeiras” mostram a sua operação, mesmo nas performances pós-críticas mais “inovadoras”. A multiplicidade das formas de Estado e das organizações de poder transnacionais, a pluralidade de conjuntos político-institucionais que definem a variedade de “capitalismos” nacionais, são violentamente centralizadas, subordinadas e comandadas pelo Capital financeiro globalizado em sua finalidade de “crescimento”. A multiplicidade das formações de poder dobra-se, de maneira mais ou menos dócil (mais para mais do que para menos), à lógica da propriedade mais abstrata, dos credores. O Capital, com sua lógica (d-d') de reconfiguração planetária do espaço pela aceleração constante do tempo, é uma categoria histórica, uma “abstração real”, diria Marx, que produz os efeitos bastante reais de privatização universal da Terra, dos “humanos” e dos “não humanos”, e de privação generalizada dos “comuns” do mundo. (Lembremos da apropriação de terras – *land grabbing* –, consequência direta da “crise alimentar” de 2007–08 e uma das estratégias de saída da crise, da “*worst financial crisis in global history*”). Por essa razão empregamos o conceito “histórico-transcendental” de Capital (com letra maiúscula sempre que possível), descrevendo-o em sua longa marcha de colonização sistemática



do mundo, da qual ele é, no longo prazo, o único agente.

- 13** Por que o desenvolvimento do capitalismo não passa pelas cidades, que por tanto tempo serviram como seus vetores, mas pelo Estado? É porque apenas o Estado, nos séculos XVI, XVII e XVIII, teve condições de realizar a expropriação / apropriação das inúmeras máquinas de guerra da época feudal (voltadas para guerras “privadas”), centralizando-as e institucionalizando-as numa máquina de guerra transformada em exército, no qual repousa o legítimo monopólio do uso da força pública. A divisão do trabalho não opera apenas na produção, ocorre também na especialização da guerra e do ofício de soldado. Se a centralização e o exercício da força num “exército regular” são obra do Estado, também o são as condições de acumulação de “riquezas” pelas nações “ricas e civilizadas” (Adam Smith) às custas das nações pobres – que, no fundo, não são nações, mas *waste lands* (Locke in *Wasteland*).<sup>2</sup>
- 14** A constituição do Estado em “megamáquina” de poder depende, portanto, da captura dos meios de exercício da força, de sua centralização e institucionalização. Mas, a partir dos anos 1870, e sobretudo sob a pressão da brutal aceleração imposta pela “guerra total” em 1914, o Capital não mais se contentou com uma relação de aliança com o Estado e sua máquina de guerra. Começou a se apropriar dela *diretamente*, integrando-a a seus instrumentos de polarização. A construção dessa nova máquina de guerra capitalista passa a integrar o Estado, sua soberania (política e militar) e o conjunto de suas funções “administrativas”, modificando-as profundamente sob a direção do Capital financeiro. A partir da Primeira Guerra, o modelo científico de organização do trabalho e o modelo militar de organização e condução da guerra penetraram a fundo no funcionamento político do Estado, reconfigurando a divisão liberal dos poderes sob a hegemonia do Executivo. Ao mesmo tempo, e inversamente, a política – não mais do Estado, mas do Capital – se impôs à organização, à conduta e às finalidades da guerra.

Com o advento do neoliberalismo, esse processo de captura

da máquina de guerra e do Estado se realizou plenamente na axiomática do Capitalismo Mundial Integrado (CMI).

Mobilizamos com isso o CMI de Guattari a serviço de nossa terceira tese: o CMI é a axiomática da máquina de guerra do Capital, que submeteu a desterritorialização militar do Estado a uma desterritorialização superior do Capital. A máquina de produção tornou-se indistinguível da máquina de guerra, na qual se integram o civil e o militar, a paz e a guerra, num processo único de um *continuum* de poder isomorfo para todas as formas de valor.

- 15** Na longa duração [*longue durée*] que marca a relação capital / guerra, a eclosão da “guerra econômica” entre imperialismos em fins do século XIX constitui uma virada, instaurando um processo de transformação irreversível da guerra e da economia, do Estado e da sociedade. *O capital financeiro transmite à guerra o caráter ilimitado (de sua valorização), fazendo dela uma potência sem limites (uma guerra total).* A conjunção entre o caráter ilimitado do fluxo de guerra e o caráter ilimitado do fluxo de capital financeiro na Primeira Guerra dilata os limites tanto da produção como da guerra, engendrando o terrível espectro da *produção ilimitada de uma guerra ilimitada*. Coube às duas guerras mundiais a realização, pela primeira vez, da subordinação “total” (ou “subsunção real”) da sociedade e de suas “forças produtivas” à economia de guerra, por meio da organização e da planificação da “produção”, do trabalho, da técnica, da ciência e do consumo, em escala sem precedentes. O emprego da população como um todo na produção foi acompanhado de um processo de subjetivação em massa por meio da gestão de técnicas de comunicação e fabricação de opinião. Da implementação de vastos programas de pesquisa voltados para a “destruição” virão descobertas científicas e tecnológicas que, transferidas aos meios de produção de “bens”, constituirão novas gerações de capital constante. Todo esse processo escapa ao operaísmo (e ao pós-operaísmo), como atesta o curto-circuito das décadas de 1960–70, momento da Grande Bifurcação do Capital, que coincide com o momento igualmente crítico da autoafirmação do operaísmo *na fábrica* (é

preciso esperar pelo pós-fordismo para que se chegue à ideia de uma “fábrica difusa”).

- 16** A origem do *welfare* [Estado de bem-estar social] não deve ser buscada unicamente na lógica de garantia [*assurantielle*, referência a François Ewald e seu trabalho pós-foucaultiano sobre as garantias] contra os riscos do “trabalho” e os riscos da “vida” (a escola foucaultiana sob influência patronal), mas, a princípio, e sobretudo, na lógica da guerra. O *warfare* antecipou e preparou amplamente o *welfare*. A partir dos anos 1930, tornaram-se indiscerníveis.

A enorme militarização da guerra total, que transformou os trabalhadores internacionalistas em 60 milhões de soldados nacionalistas, será “democraticamente” reintegrada ao território pelo *welfare* e com base nele. A conversão da economia de guerra em economia liberal – e também a da ciência e da tecnologia dos instrumentos de morte em meios de produção de “bens” e a da subjetivação da população militarizada em população de “trabalhadores” – é realizada graças ao imenso dispositivo de intervenção estatal, do qual as “empresas” são parte ativa (*corporate capitalism*). No *welfare*, o *warfare* continua a obedecer, por outros meios, à mesma lógica. O próprio Keynes reconhece que a política da demanda efetiva tem como único modelo de realização um regime de guerra.

- 17** Inserido em 1951 em “A superação da metafísica” (superação essa pensada durante a Segunda Guerra), este trecho de Heidegger é um indicador seguro do que se tornaram os conceitos de “guerra” e “paz” ao fim das duas guerras mundiais totais:

Transfiguradas e desprovidas de sua essência, a “guerra” e a “paz” são tomadas na errância; irreconhecíveis, não se vê mais entre elas diferença alguma, suprimida pelo desenrolar puro e simples de atividades que, sempre em desvantagem, tornam as coisas exequíveis. Se é impossível responder à questão: quando retornará a paz?, não é porque não se entrevê o fim da guerra, mas porque, posta nesses termos, a questão visa algo que não existe mais, dado que a própria guerra deixou de ser algo que leve à paz: tornou-se uma espécie de

usura do existente, e prolonga-se em tempos de paz. [...] Essa longa guerra sem duração definida progride lentamente, não rumo à antiga paz, mas a um estado de coisas em que o elemento “guerra” não será mais experimentado enquanto tal e o elemento paz não terá mais sentido nem substância.<sup>3</sup>

Essa passagem, reescrita por Deleuze e Guattari no final de *Mil platôs*, indicará que a “capitalização” tecnocientífica (que remete ao que chamaremos de “complexo militar-industrial científico-universitário”) engendra “uma nova concepção da segurança como guerra materializada, como insegurança organizada ou catástrofe programada, distribuída, molecularizada”.<sup>4</sup>

- 18** A Guerra Fria é uma socialização e uma capitalização intensivas da subsunção real da sociedade e da população à economia de guerra da primeira metade do século xx. Constitui um passo fundamental para a formação da máquina de guerra do Capital, que não se apropria do Estado e da guerra sem subordinar o “saber” a seu processo. A Guerra Fria amplia o leque da produção de inovações tecnológicas e científicas inflamada pelas guerras totais. Praticamente todas as tecnologias contemporâneas, com destaque para a cibernética e as tecnologias computacionais e informáticas, são, direta ou indiretamente, fruto da guerra total que a Guerra Fria reintegrou ao território. O que Marx chama de “*General Intellect*” nasceu na e da “produção para a destruição”, típica das guerras totais, antes de ser reorganizado pelas *Organizational Research*, OR [pesquisas operacionais] da Guerra Fria como *Research and Development*, R&D [pesquisa e desenvolvimento], instrumento de comando e controle da economia-mundo. A esse outro enfoque, mais amplo que o operaísmo e pós-operaísmo, nos conduz a história das guerras do Capital. A ordem do trabalho estabelecida pelas guerras totais (*Arbeit macht frei* [o trabalho liberta]) se transforma na ordem liberal-democrática do pleno emprego como instrumento de regulação social do “operário-massa” e do seu ambiente doméstico como um todo.

**19** O ano de 1968 se situa sob o signo do ressurgimento político das guerras de classe, de raça, de sexo e de subjetividade que a “classe operária” não tem mais como subordinar a seus “interesses” e a suas formas de organização (partidos, sindicatos). Se foi nos Estados Unidos que a luta operária alcançou, “em seu desenvolvimento, o nível absoluto mais elevado” (“Marx em Detroit”), também aí ela se desmanchou, com o desfecho das grandes greves do pós-guerra. A destruição da “ordem do trabalho”, resultado das guerras totais, prolonga-se na e pela Guerra Fria como “ordem assalariada”: não é apenas o objetivo de uma nova classe operária redescobrendo sua autonomia política; é, igualmente, o resultado da multiplicidade de todas essas guerras que, um pouco ao mesmo tempo, se reacenderam com o conjunto das experiências singulares de “grupos-sujeito” que as trouxeram para suas condições comuns de ruptura subjetiva. As guerras de descolonização e de minorias raciais, de mulheres, de estudantes, de homossexuais, dos alternativos, do lumpemproletariado, contra a energia nuclear etc. estabelecem assim novas modalidades de luta, de organização e, sobretudo, de deslegitimação do conjunto dos “poderes-saberes” ao longo das décadas de 1960–70. Propomos não apenas que se leia a história do capital através da guerra, mas também a da guerra através de 1968, que tornou possível a passagem teórico-política da guerra às guerras.

**20** Guerra e estratégia ocupam um lugar central na teoria e na prática revolucionárias do século XIX e da primeira metade do século XX. Lênin, Mao e o general Giap anotaram cuidadosamente seus exemplares de *Da guerra*, de Clausewitz. Já o pensamento 68 [*pensée 68*] se absteve de problematizar a guerra, exceção feita a Foucault e a Deleuze e Guattari. Eles não só propuseram a inversão da célebre fórmula de Clausewitz (“a guerra é a continuação da política por outros meios”), analisando as modalidades segundo as quais a política pode ser tomada como guerra continuada por outros meios, como transformaram de maneira radical os conceitos de guerra e de política. Sua problematização da guerra depende das mutações

do capitalismo e das lutas que se opuseram a ele no dito pós-guerra, antes que se cristalizassem na estranha revolução de 1968. A “microfísica” do poder antecipada por Foucault é uma atualização crítica da “guerra civil generalizada”, assim como a “micropolítica” de Deleuze e Guattari é indissociável do conceito de “máquina de guerra” (observe-se de passagem que a sua construção depende do percurso militante de Guattari). Se, como faz a crítica foucaultiana, isolarmos a análise das relações de poder da guerra civil generalizada, a teoria da governamentalidade torna-se uma simples variante da “governança” neoliberal; e, se separarmos a micropolítica da máquina de guerra, como faz a crítica deleuziana (que quer estetizar a máquina de guerra), não restarão mais que “minorias” impotentes em face do Capital, que mantém a iniciativa.

- 21** Siliconados pelas novas tecnologias, cuja força de impacto eles mesmos haviam desenvolvido, os militares perscrutarão a máquina técnica a partir da máquina de guerra. As consequências políticas são notáveis.

Os Estados Unidos projetaram e conduziram as guerras no Afeganistão (2001) e no Iraque (2003) a partir do princípio “*Clausewitz Out, Computer In*”, numa operação análoga à conduzida pelos defensores de um capitalismo cognitivo, os quais dissolvem a generalidade das guerras nos computadores e nos “algoritmos” que serviram para que se chegasse a elas. Acreditando ter dissipado o “ruído” e a incerteza da guerra pela acumulação primitiva da informação, os estrategistas da guerra hipertecnológica computadorizada e “centrada em rede” logo se desencantaram: a vitória, rapidamente adquirida, transformou-se num fiasco político-militar, que desencadeou *in situ* o desastre do Oriente Médio e não poupou o mundo livre que lhe oferecera seus valores num remake do *Dr. Fantástico*, de Kubrick. A máquina técnica não explica nada e não pode muito sem recorrer a “máquinas” de outra ordem. Sua eficácia e existência dependem da máquina social e da máquina de guerra, que perfilaram o avatar técnico segundo um modelo de sociedade fundado em divisões, denominações e explorações

(*Rouler plus vite, laver plus blanc* [Dirigir mais rápido, lavar mais branco], para retomarmos o título em francês do belo livro de Kristin Ross, *Fast Cars, Clean Bodies*).

- 22** Se a queda do Muro de Berlim em 1989 é a pá de cal sobre uma múmia que 1968 relegara à pré-história comunista, devendo, portanto, ser tomada como um não-acontecimento (como reconhece, aliás, de modo melancólico, a tese de Fukuyama sobre o Fim da História), resta que o patente fracasso das disparatadas guerras pós-comunistas conduzidas pela máquina imperial de guerra é, por sua vez, histórico – inclusive pelo debate provocado *entre os militares*, no qual se desenhou um novo paradigma de guerra. Antítese das guerras industriais do século xx, o novo paradigma é definido como uma “guerra no seio da população”. Apropriamo-nos desse conceito, que inspira um inesperado “humanismo militar”, para encontrar seu sentido na origem e no terreno real das guerras do capital, reescrevendo esta “guerra no seio da população” no plural, como *nossas guerras*. A população é o campo de batalha no qual se dão operações contrainsurrecionais de todo gênero, que são, ao mesmo tempo e de maneira indiscernível, militares e não militares, portadoras tanto da nova identidade das “guerras sangrentas” como das “guerras não sangrentas”.

No fordismo, o Estado garantia não apenas a territorialização estatal do Capital como também a da guerra. Segue-se que a globalização só libera o capital da empresa em relação ao Estado liberando igualmente a guerra, que passa à potência superior do contínuo ao integrar *o plano do capital*. A guerra em regime de desterritorialização não é interestatal, mas uma sequência ininterrupta de guerras múltiplas contra populações, que reduz os modos de governar à “governamentalidade”, numa empreitada comum de negação das guerras civis globais. O que é governado e o que permite governar são *divisões* que projetam suas guerras no seio da população a título de conteúdo real da biopolítica: uma governamentalidade biopolítica e de guerra como distribuição diferencial da precariedade e norma da “vida cotidiana”. O contrário, portanto, da Grande Narrativa do nascimento liberal

da biopolítica, oferecida por Foucault num famoso curso no Collège de France na virada dos anos 1970 para os 1980.

- 23** Aprofundando as divisões e acentuando as polarizações entre as sociedades capitalistas, a economia da dívida transforma a “guerra civil mundial” (Schmitt, Arendt) num emaranhado de guerras civis: guerras de classe, guerras neocoloniais contra as “minorias”, guerras contra as mulheres, guerras de subjetividade. A matriz comum a elas é a guerra colonial, que nunca foi uma guerra interestatal, mas uma guerra *em meio* à população e *contra* ela, na qual nunca foram vigentes distinções entre paz e guerra, entre combatentes e não combatentes, entre o econômico, o político e o militar. A guerra colonial em meio à população e contra ela é o modelo da guerra desencadeada pelo Capital financeiro a partir dos anos 1970 em nome de um neoliberalismo militante. Ela é, ao mesmo tempo, fractal e transversal: fractal pois produz uma invariância indefinida mediante a mudança constante de escala (sua “irregularidade” e as “feridas” que ela produz se dão em diversos planos de realidade); e transversal pois se desenrola simultaneamente no nível macropolítico (desfrutando de todas as grandes oposições dualísticas: classes sociais, brancos e não brancos, homens e mulheres) e no micropolítico (por meio de uma *engineering* molecular que privilegia as interações mais elevadas). Pode, ainda, conjugar os níveis civil e militar no Sul e no Norte do mundo, nos seus e nos nortes de todo o mundo (ou quase). Sua principal característica é ser não tanto uma guerra *indiferenciada*, mas uma guerra *irregular*.

A máquina de guerra do capital, que, no início dos anos 1970, promove a integração definitiva entre o Estado, a guerra, a ciência e a tecnologia, enuncia de maneira clara a estratégia de globalização contemporânea: precipitar o fim da brevíssima história de reformismo do capital – *Full Employment in a Free Society*, segundo o título do livro-manifesto de Lord Beveridge publicado em 1944 –, atacando por toda parte e com todos os meios as condições de realidade das relações de força que o haviam imposto. O projeto político neoliberal lança mão de uma criatividade infernal para fingir dotar o mercado da



aparência de qualidades sobre-humanas de *information processing*: o mercado como ciborgue último.

- 24** A consistência adquirida pelos neofascismos a partir da “crise” financeira de 2008 constitui uma reviravolta no desenrolar das guerras no seio da população. Suas dimensões ao mesmo tempo fractais e transversais adquirem então nova e extraordinária eficácia de divisão e polarização. Os novos fascismos põem à prova todos os recursos da “máquina de guerra”, que, assim como não necessariamente se identifica ao Estado, pode escapar também ao controle do Capital. Enquanto a máquina de guerra do Capital governa por meio da diferenciação “inclusiva” da propriedade e da riqueza, as novas máquinas de guerra fascistas funcionam por exclusão a partir da identidade de raça, de sexo ou de nacionalidade. Embora pareçam incompatíveis, as duas lógicas convergem inexoravelmente (ver a “preferência nacional”) à medida que o estado de emergência econômico e político se institui no tempo coercitivo do *global flow*.

Se a máquina capitalista continua a desconfiar dos novos fascismos, não é em razão de princípios democráticos (o Capital é ontologicamente antidemocrático!) ou *rule of law*, mas porque, como aprendemos com o nazismo, o fascismo pode se tornar “autônomo” em relação à máquina de guerra do Capital e escapar de seu controle. Não foi o que ocorreu com os fascismos islâmicos? Fomentados, armados, financiados pelos Estados Unidos, voltaram-se contra a superpotência e seus aliados. Do Ocidente às terras do Califado *e de volta*, os neonazistas de todas as correntes encarnam a subjetivação suicida do “modo de destruição” capitalista. É a cena final do retorno do recalcado colonial: os jihadistas geração 2.0 assombram as metrópoles ocidentais como seu inimigo mais interno. A endocolonização torna-se assim o modo de conjugação generalizada da violência “tópica”, da dominação mais intensa advinda do capitalismo e de suas populações. Quanto ao processo de convergência ou divergência entre máquinas de guerra capitalista e neofascista, ele depende da evolução das guerras civis em curso e dos perigos que um eventual processo revolucionário possa

representar para a propriedade privada e, de maneira geral, para o poder do Capital.

- 25** Impedindo que o Capital e o capitalismo reduzam-se a um sistema ou a uma estrutura, e a economia a uma história de ciclos que se encerram uns sobre os outros, as guerras de classe, raça, sexo e subjetividade também recusam à ciência e à tecnologia todo princípio de autonomia, bem como o acesso privilegiado a uma “complexidade” ou a uma emancipação forjada no bojo de uma concepção progressista (hoje aceleracionista) do movimento da História.

As guerras engendram relações estratégicas abertas à indeterminação do confronto, à incerteza do combate que torna inoperante todo mecanismo de autorregulação (do mercado), assim como toda regulação por *feedback* (“sistemas homem-máquina” abrindo-se em sua “complexidade” ao futuro). A “abertura” estratégica da guerra é radicalmente diferente da abertura sistêmica da cibernética, que, no entanto, nasceu exclusivamente na / para a guerra. O capital não é estrutura nem sistema, é “máquina”, e *máquina de guerra*, o que significa que a economia, a política, a tecnologia, o Estado, as mídias etc. são articulações determinadas por suas relações estratégicas. Na definição marxista / marxiana do *General Intellect*, essa máquina de guerra a cujo funcionamento se integram a ciência, a tecnologia e a comunicação é curiosamente negligenciada em proveito de um “comunismo do capital” pouco crível.

- 26** O capital é um modo de produção na exata medida em que é um modo de destruição. A infinita acumulação que desloca continuamente seus limites para criá-los novamente promove uma destruição ampliada e irrestrita. Os ganhos de produtividade progridem em paralelo com os de destruição. Manifestam-se numa guerra generalizada, a que os cientistas preferem chamar de *Antropoceno* em lugar de *Capitaloceno*, por mais que as evidências mostrem que a destruição dos meios nos quais e pelos quais vivemos começa não com o “homem” e suas crescentes carências, mas com o Capital. A dita “crise

ecológica” não é resultado de uma modernidade ou de uma humanidade cegas para os efeitos negativos do desenvolvimento tecnológico, mas o “fruto da vontade” de certos homens de exercer uma dominação absoluta sobre outros, a partir de uma estratégia geopolítica mundial de exploração ilimitada de todos os recursos, humanos e não humanos.

O capitalismo não é apenas a mais mortífera civilização da história, que introduziu em nós a “vergonha de sermos humanos”. É também a civilização graças à qual o trabalho, a ciência e a técnica criaram – outro privilégio (absoluto) na história humana – a possibilidade da aniquilação (absoluta) de todas as espécies e do planeta que as abriga. Entrementes, a “complexidade” (da operação de resgate) da “natureza” anuncia a perspectiva de belos lucros, misturando a utopia *techno* de *geoengineering* à realidade dos novos mercados de “direito de poluir”. Na confluência entre uma coisa e outra, o Capitaloceno não envia o capitalismo à Lua (ele já esteve lá), ele põe em prática a mercantilização global do planeta, fazendo valer seus direitos sobre a chamada troposfera.

- 27** A lógica do Capital é a logística de uma valorização infinita. Implica a acumulação de um poder que não é meramente econômico, pois inclui poderes e saberes estratégicos a respeito da *força* e da *fraqueza* das classes em luta, às quais ele se aplica e com as quais tem de se explicar. Foucault nota que os marxistas voltaram a atenção para o conceito de *classe* em detrimento daquele de *luta*. Com isso, perdeu-se o saber da estratégia em prol de uma empreitada de pacificação (Tronti propõe a versão mais *épica* desta). Quem é forte e quem é fraco? De que maneira os fortes se tornaram fracos, e por que os fracos se tornaram fortes? Como fortalecer a si mesmo e enfraquecer o outro para dominá-lo e explorá-lo? É a trilha anticapitalista do nietzscheanismo francês que nos propomos a seguir e reinventar.
- 28** O Capital saiu vencedor das guerras totais e do confronto com uma revolução mundial cuja cifra para nós é 1968. Desde então,

conquistou uma vitória após a outra, aperfeiçoando seu *motor a base de resfriamento*. Nesse quadro, a principal função do poder é negar a existência de guerras civis, apagando inclusive sua memória (a pacificação é uma política de *terra arrasada*). Walter Benjamin está aí para nos lembrar que a reativação da memória das vitórias e das derrotas, da qual os vencedores extraem sua dominação, só poderia vir dos “vencidos”. Problema: os vencidos de 1968 jogaram fora, juntamente com o velho bebê leninista, a água das guerras civis, uma vez encerrado o “outono quente” produzido pela falência da dialética do “partido da autonomia”. Adentrando assim seus “anos de inverno” sob a égide de uma segunda Guerra Fria, que garantiu o triunfo do “povo do capitalismo” (*People’s Capitalism, This is America!*), o Fim da História será consagrado independentemente de uma guerra do Golfo que, de resto, “não existiu”. A exceção foram as novas guerras, as máquinas revolucionárias ou militantes em plena mutação (Chiapas, Birmingham, Seattle, Washington...) e as novas derrotas. As gerações posteriores declinaram a ausência do povo e, insones, sonharam processos de destituição reservados, infelizmente, *a seus aliados*.

- 29** Que não haja dúvida: vamos nos dirigir *a nossos inimigos*.<sup>5</sup> Pois este livro tem como único objetivo mostrar, sob a economia e a “democracia” a ela ligada, por trás das revoluções tecnológicas e da “intelectualidade de massa” do *General Intellect*, a “fundação” das múltiplas guerras reais em curso em toda a sua multiplicidade. Multiplicidade de guerras que não deve ser feita, mas *desfeita e refeita* a partir de novas possibilidades que venham redefinir as suas “massas” e o seu “fluxo”, que são o seu duplo *sujeito*. Do lado das relações de poder enquanto submetidas à guerra e / ou do lado das relações estratégicas suscetíveis a promovê-las à categoria de *sujeitos de guerras*, com “suas mutações, seus *quanta* de desterritorialização, suas conexões, suas precipitações”. Enfim, seria o caso de extrair lições do que nos pareceu o fracasso do pensamento 68, do qual somos herdeiros, até nossa incapacidade de pensar e construir uma máquina de guerra coletiva à altura da guerra civil

desencadeada em nome do neoliberalismo e do primado absoluto da economia como política exclusiva do Capital. Tudo se passa como se 1968 não tivesse conseguido *pensar até o fim* não a sua derrota (desde os Nouveaux Philosophes, há profissionais no assunto) mas a ordem das razões de uma guerra que soube reiterar uma *destruição contínua*, conjugada no infinitivo presente das lutas de “resistência”.

- 30** Não se trata de *pôr fim à resistência*, e sim ao “teoricismo” que se satisfaz com um discurso estrategicamente impotente em face do que acontece. E ao que nos aconteceu. Pois, se os dispositivos de poder se constituem em detrimento das relações estratégicas e das guerras conduzidas contra eles, só nos resta, para combatê-los, os movimentos de “resistência”. Com o êxito que conhecemos. *Graecia docet* [a Grécia ensina].

30 de julho de 2016

### **Post scriptum**

Este livro se situa sob o signo de um (impossível) “mestre em política” – mais exatamente, do refrão althusseriano, forjado com os elementos de um materialismo histórico no qual nos reconhecemos: “Se queres compreender uma questão, faça a sua história”. O ano de 1968, desvio maior em relação às leis do althusserianismo (e de tudo o que elas representam), é o diagrama de confecção de um segundo volume, provisoriamente intitulado *Capital e revoluções*. Sua proposta será retomar a investigação sobre a *estranha revolução de 68* e suas consequências, nas quais o trem da contrarrevolução traz consigo uma *multiplicidade de contrarrevoluções*, das quais não se pode dizer que os anunciados “devir-revolucionários” tenham sido capazes de bloqueá-los. Talvez seja o momento de uma Crítica e uma Clínica do pensamento 68.

# [ 1 ]

## ESTADO, MÁQUINA DE GUERRA, MOEDA

Marx descreve o Capital como um processo que levou a “revolucionar incessantemente” as condições de produção para transformar os limites da valorização (a capitalização de valor excedente, ou de mais-valia) em condições de um desenvolvimento posterior, reproduzindo seus limites internos em uma escala alargada. Deleuze e Guattari, mais próximos dos *Grundrisse* – cujo primeiro capítulo é sobre o dinheiro – do que de *O capital*, veem nesse processo a introdução do infinito na produção, pelo viés do dinheiro, como forma exclusiva da lei do valor. O dinheiro, de fato, sustenta o sistema como um todo, ampliando sem cessar o círculo do crédito e da dívida, que determina, de maneira cada vez mais imanente, a relação de servidão do trabalho (abstrato) ao (devir concreto do) Capital.

Dessa maneira, o fluxo mais desterritorializado da abstração real da moeda funciona ao mesmo tempo como motor do movimento ilimitado do capital e, nas mãos dos capitalistas, como dispositivo de comando estratégico. Por isso, o dinheiro não para de assumir funções além das ligadas à sua forma-mercadoria de “equivalente geral”, e o próprio princípio de uma dedução da forma-dinheiro a partir das necessidades da circulação de mercadorias é derrubado ao contrariar a formulação mais clássica da “crítica da economia política”. Ora, é precisamente contra toda a tradição da economia política que Marx afirma que *a violência é uma potência econômica* em sua análise da acumulação primitiva (ou seja, da “gênese” do capitalismo), que introduz a guerra nas margens do “poder do Estado” e da “dívida pública”.

É essa relação estreita, constitutiva e ontológica entre a forma mais desterritorializada do capital (o dinheiro) e a da soberania (a guerra) que propomos como um ponto de partida obrigatório para repensar a história do capitalismo – até suas formas mais contemporâneas. História esta que escolhemos reescrever a partir

do que nos parece ser um dos gestos teóricos mais *ousados* do pensamento 68 e que pode, quiçá, expandi-lo para além de seus próprios limites.

Foucault, cuja análise é retomada por Deleuze e Guattari no *Anti-Édipo*, coloca a moeda, a guerra e o Estado no âmago do dispositivo de poder – e no âmago da montagem dos dispositivos de poder –, permitindo a *compreensão da história como um todo à luz da descontinuidade do capitalismo*. A questão é saber como direcionar genealogicamente o uso crítico da história para o capitalismo a partir de uma perspectiva que “sabe de onde olha, assim como o que olha”.<sup>1</sup>

Em seu primeiro curso no Collège de France (1970–71), Foucault, referindo-se à introdução da moeda na Grécia antiga, afirma que esse fenômeno não se explica por razões de troca, comerciais ou mercantis: se é certo que o uso da moeda se desenvolveu a partir da “troca de produtos”, não é essa a sua “raiz histórica”. A instituição da “moeda grega” está ligada, principalmente e acima de tudo, a um deslocamento no exercício do poder, a um *novo tipo de poder* cuja soberania é indissociável da apropriação, em seu benefício, da nova máquina de guerra lançada pela “revolução hoplítica”. Revolução tanto social como militar, pois a máquina de guerra deixa as mãos dos nobres (a casta dos guerreiros, o cavaleiro ou o condutor de biga, cercado de servidores, fiel ao ideal heroico) e passa às dos pequenos camponeses, que se tornaram indispensáveis à defesa da cidade nascente (os hoplitas). A força e a ação coletivas do “povo”, que começa a se declarar *demos*, são encarnadas nessa formação de guerra que se abre aos mais numerosos e cuja tática repousa no combate em falange – “com sua lança e seu escudo”, cada combatente mantém-se rente um ao lado do outro, “homem contra homem”.<sup>2</sup> Ora, o próprio princípio da falange e de seu sistema de armas<sup>3</sup> implica a “reciprocidade do serviço e da ajuda, a sincronização dos movimentos, o ajuste espontâneo do conjunto”<sup>4</sup> numa ordem comum, aceita por cada um e efetivada por todos. A força armada dos hoplitas se caracteriza pela *exigência igualitária* do soldado-cidadão e ameaça voltar-se contra aqueles que queiram utilizá-la para manter um “poder de classe”. Essa última expressão indica suficientemente a *atualidade* de uma questão que, desde essa luta entre os pobres

(*polloi*) e os ricos (*ploutoi*), em permanente guerra virtual na cidade (*polis*), confunde-se com a história geral das revoluções. É esse problema, retomado no quadro de uma genealogia como “cena primitiva”, que responde ao que Foucault chama, em seu primeiro retorno aos gregos, de “nova forma de poder”, estreitamente ligada à “instituição da moeda”.

Foucault começa pelo estudo das grandes transformações políticas dos séculos vii e vi a.C., detendo-se em particular na “estratégia hoplítica” que leva à expulsão das velhas aristocracias de estirpe.<sup>5</sup> É o caso de Corinto, onde o polemarco Cípselos foi conduzido ao poder por homens que haviam servido como soldados num exército de hoplitas. O que interessa principalmente a Foucault é o modo como Cípselos tenta manter o poder, introduzindo o uso da moeda por meio de um dispositivo (político) de integração (econômica) do poderio militar, cuja chave é “limitar as reivindicações sociais, [...] que a constituição dos exércitos hoplíticos torna mais perigosas”<sup>6</sup> no contexto das crises agrárias, que agravam o endividamento dos camponeses. O que faz o tirano, ao perceber que o que está em questão é manter o regime da propriedade e do poder da classe proprietária? Realiza uma distribuição parcial das terras entre os camponeses-soldados (sem perdoar suas dívidas), impondo aos “ricos” o confisco de um décimo de sua fortuna sobre arrecadações. Parte desse montante será diretamente distribuída entre os “pobres”, parte será destinada a financiar as “grandes obras” públicas e os artesãos. A constituição desse sistema complexo não poderia ser feita *in natura*. Com o ciclo econômico, o dinheiro distribuído aos “pobres” refluí para o caixa dos “ricos” (como indenização pelas terras distribuídas para serem lavradas por trabalho “assalariado”), que se apoderam do imposto (em dinheiro), o que garante “uma circulação ou rotatividade da moeda e uma equivalência entre os bens e os serviços”<sup>7</sup> – nas palavras de Édouard Will, em que Foucault se baseia. A moeda afirma-se assim como medida e norma de “trocas” e “equivalências” que, pela ampliação e intensificação dos regimes de dívida, impõem *uma primeira instituição política do Estado na ordem da cidade*: o imposto, a arrecadação, a acumulação, a fixação do valor, o deslocamento da atividade comercial da agricultura para o comércio e a promoção da colonização. Esses são



os fatores que engendram a condição formal de um mercado e produzem o espaço mercantil diretamente controlado pelo Estado.

Criada “*ex nihilo*” ou quase,<sup>8</sup> a moeda surge em estreita dependência de uma forma nova e “extraordinária” de poder político, um tirano ou legislador que intervém “no regime da propriedade, no jogo das dívidas e das quitações”, e garante a institucionalização territorial (a reterritorialização) da máquina de guerra. Essa forma identifica-se ao exercício do poder, na medida em que não é “por deter a moeda que alguém adquire e exerce o poder. É antes por certas pessoas terem tomado o poder que a moeda foi institucionalizada”.<sup>9</sup>

Portanto, a moeda não é um simples “capital” econômico originado no mercado. Nas mãos do “Estado”, que institui seu uso e cuja instituição ela, por sua vez, contribui para reforçar, a moeda tem menos uma função de *redistribuição* que de *redistribuição ampliada* das posições de poder na sociedade. A moeda é a constituição da guerra civil por outros meios, mais *políticos*, que inscrevem no jogo poder, *para todos*, a “verdade” a ser respeitada e o que ela vale. Por um lado, a moeda produz e reproduz, deslocando as divisões (aristocratas, guerreiros, artesãos e “assalariados”) que alimentam a possibilidade sempre presente da guerra civil como realidade social com que a política tem de aprender a *contar*. Por outro lado, é mediante todo um “jogo de novas regulações” cujo objetivo é pôr fim à luta desregrada entre pobres e ricos que a instituição da moeda assegura a “manutenção de uma dominação de classe”<sup>10</sup> cuja condição é o deslocamento da “divisão social” e da guerra civil (“a guerra como verdadeira guerra”, ou, como prefere Platão, a *dia-stasis*, a dis-córdia da divisão em dois que gera *stasis*, uma guerra civil na pólis) para outro terreno, o do *reino da medida* como um ordenamento do social que corresponde à revolução hoplítica – operação da qual resulta não tanto a cidade grega como sua primeira *projeção* igualitária: o esquema ideal de uma república de hoplitas.

A economia torna-se política pela primeira vez pelo poder *que retoma a guerra com a moeda*: trata-se de uma *tomada de poder* e uma *tomada de guerra*, cuja finalidade crítica medimos de imediato via Foucault, no que tange o economismo marxista que minimizava as funções do Estado, do poder e da guerra, determinadas, em última

instância, pela “infraestrutura econômica”.

Essa nova aliança da qual o resultado é a moeda (*nomisma*) esconjura a guerra civil sob a forma tradicional da tirania ao mesmo tempo que institui o *nomos* (a “lei” compartilhada por todos) como estrutura jurídico-política da cidade-Estado grega (*polis*). Por volta de vinte anos depois, em Atenas, onde “os pobres são escravizados por causa de suas dívidas” e os proprietários “são perseguidos pela violência até o interior de suas casas”, o *nomos* e a *eunomia* (o “bom governo”, a boa organização civil) afirmam-se como a “justa repartição do poder”, em sentido inverso e complementar ao da operação de Cípselos. “A *eunomia* instaurada por Sólon foi uma maneira de substituir a divisão das riquezas pedida (a *isonomia*) por uma distribuição do poder político: quando pedem terras, dão-lhes poder. O poder como substituto da riqueza na operação da *eunomia* [...]. Sólon, [ao contrário de Cípselos], divide até um certo ponto o poder, para não ter de redistribuir a riqueza.”<sup>11</sup>

Mas, como explica o próprio Foucault, o efeito geral é o mesmo, em que ocorre menos uma ruptura que um encadeamento, no qual se revela a complementaridade entre *nomisma* e *eunomia*: “quando os ricos foram forçados a um sacrifício econômico, a moeda toma a frente, permitindo a conservação do poder por intermédio do tirano; quando os ricos foram forçados a um sacrifício político, a *eunomia* possibilita-lhes a conservação dos privilégios econômicos”. O que é a “reforma de Sólon” senão a distribuição do poder político em função da repartição econômica da riqueza (as quatro classes censitárias), ocultada pela integração de todos os cidadãos, mesmo os mais pobres, ao novo sistema, em que o poder adquire forma *democrática*? O poder deixa de ser propriedade exclusiva de alguns, ele “pertence a todos” e “é exercido permanentemente através de todos os cidadãos” na conjuração política permanente de uma guerra civil que adquire a feição de uma *partilha de poder*, no lugar de uma partilha da riqueza. É necessário, portanto, que todos obedeçam a mecanismos e a uma ordem diferentes, de tal modo que a ruptura é tamanha que “quem se apossar de poder excessivo é punido pela cidade; quem se apossar de riqueza excessiva deve contar com a punição de Zeus”,<sup>12</sup> pois o que determina a pobreza e a riqueza de cada um é

“o acaso, a fortuna, a fatalidade ou os Deuses”, dentro de limites que interditam a participação na assembleia dos cidadãos. Sob o governo de Sólon, a boa legislação democrática da *eunomia* substitui a abolição da escravidão por dívidas e, concomitantemente, opera o ajuste do valor da moeda em prol dos devedores,<sup>13</sup> a extinção total das dívidas e a redistribuição geral das terras (a *isonomia*, a divisão “em partes iguais”), reivindicada pelos mais numerosos (*polloi*). A moeda é empregada como “o simulacro do poder repartido entre todas as mãos, enquanto assegura, à custa de um certo sacrifício econômico, a manutenção do poder em algumas mãos. Nos dedos do ateniense, a tetradracma com a coruja fazia por um instante brilhar apenas o simulacro de um poder que estava em outro lugar”<sup>14</sup> – que, por *direito* (*nomos*), pertence *comumente* a todos. Cada um é (des)igualmente encorajado, a título de *eunomia* e de acordo com o lugar que ocupa, ao desenvolvimento do artesanato e do comércio, voltado à exportação e às colônias.<sup>15</sup> O que levará à transformação da própria concepção de guerra, separada agora do modelo cívico hoplítico e voltada para o mar (controle de ilhas e de rotas marítimas, prioridade das frotas financiadas pelo Estado) e para a guerra de cerco (desenvolvimento da “poliorcética”, das técnicas militares e do mercenarismo). A partir da Guerra do Peloponeso, o imperialismo ateniense se torna inseparável da profissionalização do exército, numa guerra permanente que utiliza todos os meios: “a batalha torna-se mais onerosa, o espírito agonístico dá lugar à vontade de aniquilação, a guerra de ‘golpes de braço’, de ‘comandos’ e de ‘guerrilhas’ se desenvolve em paralelo com a batalha”.<sup>16</sup> A guerra interna também volta a integrar o ciclo permanente da repartição do poder e da redistribuição de bens, com uma crematística monetária que será denunciada por Aristóteles, por buscar apenas a “aquisição da moeda propriamente dita e, conseqüentemente, em quantidades infinitas”.<sup>17</sup> Cai por terra o princípio do comedimento, do “nem muito, nem muito pouco” (a riqueza e a pobreza em excesso), do qual dependia a cisão promovida por Sólon entre o político e o econômico, ficção destinada a escamotear um corte real entre os ricos e os pobres. Seria necessário, ainda, medir a função apotropaica do “nem muito, nem muito pouco” de Sólon em

relação a uma *capitalização* que começa a estimular um modo de produção protocapitalista (manufatureiro, comercial e militar).

A monetarização da economia permite conjurar a guerra civil e representa uma ameaça mortal para a *polis* e suas instituições, pois a apropriação e a acumulação “ilimitadas” que a moeda carrega e libera, juntamente com seus efeitos de captação, podem incrementar “o excesso de riqueza e de pobreza”. Essa potência inscrita na moeda deve ser afastada por meio de um conjunto de codificações que imponham limites políticos, religiosos, morais e sociais à sua capacidade de desterritorialização.

Constata-se assim que, “se o capitalismo é a verdade universal, ele o é no sentido em que é o *negativo* de todas as formações sociais”<sup>18</sup> que o precederam, pois elas encontram, nos fluxos decodificados de moeda (que se impõem às instituições, às leis, aos modos de subjetivação), um *limite real* que significa a sua morte, vinda de fora, por força de se intensificar por dentro (desaparece, assim, a cidade grega). O capitalismo é a única formação social que faz da falta de limitação da moeda o princípio de sua organização. Daí a possibilidade de uma releitura retrospectiva de toda a história em função do capitalismo e de ver neste a peculiaridade de fazer da acumulação sem limites seu motor imanente. Afirma-se assim o infinito da valorização como *norma da desmedida* do capital, o que dá ao Estado um papel cada vez mais proeminente de regulação monetária e projeta seu devir-imanente no nível das “contradições” da acumulação.

Isso explica por que a descrição foucaultiana da instituição da moeda poderá ser retomada por Deleuze e Guattari como um paralelo às políticas do *New Deal*. “Como se os gregos tivessem descoberto, à sua maneira, o que os americanos reencontrarão com o *New Deal*: que os pesados impostos do Estado são propícios aos bons negócios.”<sup>19</sup> Pois “é o imposto que monetariza a economia”,<sup>20</sup> atribuindo ao Estado um poder de abstração e de *penetração* que lhe permite promover uma redistribuição ao mesmo tempo econômica e política sem, no entanto, abrir mão do “poder de classe”. É a questão central do *New Deal*, que reitera essa operação numa situação crítica, em que o capitalismo, para sobreviver, tem de contrariar sua tendência à total desterritorialização dos fluxos de troca e de produção, inventando a figura inédita (e brevíssima) de

um *reformismo do capital*.

Há que lembrar ainda que a passagem de Foucault por Corinto visa, de maneira geral, estabelecer uma relação entre ciclo econômico, guerra e exército: a apropriação da máquina de guerra pelo Estado consiste menos em sua transformação num exército profissional que em sua integração ao circuito da produção, do fisco, da inovação tecnológica, da ciência e do emprego.

O exército e a guerra são partes integrantes da organização política do poder e do circuito econômico do capital. Assim, descreveremos ao longo deste livro as suas funções, ou seja, a economia como *política de guerra* do capital.

A moeda e o capital permanecem “abstrações” (econômicas) vazias, desprovidas do fluxo de poder do qual a guerra e a guerra civil constituem as modalidades mais desterritorializadas. A economia de mercado não tem nenhuma autonomia, nenhuma possibilidade de existência autônoma, independentemente da potência de seus fluxos. As funções “econômicas” da moeda (mensuração, entesouramento, equivalência geral, meio de pagamento) dependem de um fluxo de destruição-criação que remete a algo diferente da definição schumpeteriana da atividade do empreendedor. Se o dinheiro não for sustentado por um fluxo estratégico de poder, que encontra na guerra sua forma absoluta, ele *perde seu valor* como capital.

A expropriação dos meios de produção e a apropriação dos meios de exercício da força (a máquina de guerra) são as condições de formação do capital e de constituição do Estado, e elas se desenvolvem paralelamente. A acumulação e o monopólio do valor pelo capital e a acumulação e o monopólio da força pelo Estado alimentam-se reciprocamente. Sem o exercício da guerra no exterior (colonial e contra outros Estados) e sem o exercício da guerra civil e das guerras de subjetividade, ambas internas, o capital jamais poderia vir a se constituir. E também, inversamente, sem a captura e a valorização da riqueza, operadas pelo capital, o Estado jamais poderia exercer suas funções “régias”, fundadas na organização de um exército.

A lógica do Capital é aquela da valorização ao infinito, o que implica a acumulação de forças e, portanto, a acumulação *contínua* de um poder que não é apenas econômico, mas que é também um

poder e um saber estratégicos sobre a força e a fraqueza das classes em luta.

## [ 2 ] ACUMULAÇÃO PRIMITIVA CONTÍNUA

*Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se, agora, numa sequência mais ou menos cronológica, principalmente entre Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, no fim do século XVII, esses momentos foram combinados de modo sistêmico, dando origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista. Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro. A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica.*

KARL MARX, *O capital*, livro I, cap. VIII.

Na seção d'*O capital* consagrada à acumulação primitiva, Marx descreve perfeitamente as duas potências de desterritorialização que engendraram o capitalismo: de um lado, as guerras de conquista, a violência das invasões e das apropriações de terras “virgens” do Novo Mundo. De outro, o crédito, a dívida pública (“O crédito público se converte no credo do capital”),<sup>1</sup> sustentados, apoiados e organizados pelos Estados europeus. Para Marx, essas são as precondições do capital, destinadas a serem ultrapassadas e reconfiguradas pelo “capital industrial” no desenvolvimento das forças produtivas, que fornecerá a base material progressista da tecnologia da revolução. A essa dialética, fundada na ideia de uma via “verdadeiramente revolucionária” de transição (nacional) para o capitalismo, que é a via da “revolução” burguesa, pode-se objetar uma primeira evidência, a saber, que a guerra e o crédito

permanecem ao longo do capitalismo como as armas estratégicas do capital. De tal sorte que acumulação primitiva e suas forças telúricas de desterritorialização se repetem e diferenciam-se incessantemente para melhor realizar – *acelerando-o*, na medida do possível – o processo de dominação e de mercantilização de tudo o que existe. Em outras palavras: *tanto no centro como na periferia*, a acumulação primitiva é o processo de criação contínua do próprio capitalismo.

O capitalismo é, desde o início, mercado mundial. Por isso, ele só se deixa analisar como economia-mundo. É o que Marx chamou de “acumulação primitiva” (ou “originária”: *ursprüngliche Akkumulation*), enunciando assim o sentido essencial<sup>2</sup> dessa primeira grande desterritorialização produzida pela guerra e posteriormente pela conquista e pelas invasões, que se desenrolam simultaneamente no Novo Mundo recém-“descoberto” (colonização externa) e na Europa (colonização interna). Pois a “acumulação primitiva” não cria as condições econômicas do capitalismo e a divisão internacional do trabalho, desenhando uma divisão geopolítica entre o Norte e o Sul de um mundo que ainda é o nosso, sem instaurar as hierarquias de sexo, de raça, de idades e de civilizações, sobre as quais se depositam as estratégias da divisão, da diferenciação e das desigualdades que atravessam a composição de classe do proletariado internacional.

Por isso, é necessário retomar, tanto em extensão como em intensão, o *locus classicus* da descrição das *guerras de acumulação* a partir do momento em que, entre os séculos XV e XVI, os senhores de terras e a burguesia nascente desencadearam uma guerra civil na Inglaterra contra os camponeses, os artesãos e os diaristas pela privatização das terras comuns. A destruição da estrutura comunitária dos vilarejos e dos locais de produção doméstica, o abandono das culturas alimentícias e a expropriação das fazendas reduziram a população à miséria, forçando à mendicância e à vagabundagem um contingente cada vez maior de *desenraizados* aos quais não se deu outra opção além de escolher entre o extermínio e a disciplina voltada para o trabalho assalariado. Simultaneamente, os *cercamentos*, a concentração de terras e o reagrupamento das *tenures*, que ocorreram em toda a Europa – uma Europa submetida às “legislações sangrentas” longamente analisadas por Marx, que



ressuscitam a escravidão<sup>3</sup> antes de o internamento ser adotado como lugar do trabalho forçado –, são acompanhados pela apropriação das “terras sem senhor” nas Américas. A conquista, com a pilhagem das riquezas naturais, incluindo-se aí as minerais, aliada à exploração agrícola de “terras baldias”, resultará em um verdadeiro genocídio das populações indígenas, deixando um “vazio”<sup>4</sup> que será preenchido pelo tráfico de escravos, graças à “transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras”; tais são os “processos idílicos [que] constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva”, caracterizam “a aurora da era da produção capitalista”<sup>5</sup> e a prolongam: “a escravatura directa”, escreve Marx em 1846, “é o eixo do nosso industrialismo actual, tal como as máquinas, o crédito, etc.”.<sup>6</sup> A acumulação primitiva se confunde a tal ponto com a conjunção capitalística de todos esses processos que não se deixaria reconhecer enquanto tal, não fosse a violência irrestrita voltada do interior para o exterior, em uma espécie de *guerra antropológica* que não demora a chegar a uma *pacificação*.<sup>7</sup>

Os fluxos do crédito e da dívida pública (que opera como “uma das alavancas mais poderosas da acumulação primitiva”), aliados à guerra de conquista, alimentam-se e se reforçam mutuamente em um processo de desterritorialização imediatamente mundial. “O sistema de crédito público, isto é, das dívidas públicas”, dissemina-se por toda a Europa. “O sistema colonial, com seu comércio marítimo e suas guerras comerciais, serviu-lhe de incubadora.” A estreita relação entre a guerra e o crédito, e o engendramento deste último pelas necessidades financeiras da primeira, que se projeta vultuosamente como *Guns and Sails*,<sup>8</sup> determinam a estrutura mundial do processo de acumulação que se intensifica a partir de 1492 (antes da descoberta da América, como sublinha J. M. Blaut, “os europeus não eram em nada superiores aos não europeus”).<sup>9</sup> Quaisquer que sejam os precedentes mercantis e usurários, a origem da finança adquire novas feições, *inomináveis*, o que faz uma diferença considerável. “Com as dívidas públicas surgiu um sistema internacional de crédito, que frequentemente encobria uma das fontes da acumulação primitiva neste ou naquele povo [...]. Uma grande parte dos capitais que atualmente ingressam nos Estados Unidos, sem certidão de nascimento, é sangue de

crianças que acabou de ser capitalizado na Inglaterra.”<sup>10</sup>

Inversamente, e mais primitivamente, o sangue africano cimenta os tijolos das fábricas e bancos de Liverpool e Manchester. Por trás da extrema sofisticação matemática da finança, encontra-se sempre a “malta de bancocratas, financistas, rentistas, corretores, *stockjobbers* [bolsistas] e leões da Bolsa”, descrita por Marx.

## 2.1 A guerra contra as mulheres

Em sua sistematização de trabalhos produzidos na Itália e nos Estados Unidos a partir da década de 1970 no quadro do International Feminist Collective, Silvia Federici não hesita em ligar o destino das mulheres na Europa ao dos povos colonizados pela Europa em seu livro cujo título, *Calibã e a bruxa*,<sup>11</sup> inspirado em *A tempestade* de Shakespeare e na retomada anticolonialista da personagem Calibã, vale como um manifesto. O nascimento do capitalismo, ela explica, é sinônimo não apenas de uma guerra contra os pobres, mas também de uma guerra contra as mulheres, que surge juntamente com a primeira<sup>12</sup> e cujo intuito é submetê-las para que sirvam à divisão social do trabalho e ao cercamento de todas as formas de relações humanas – ambas as guerras passam pela instituição de uma nova ordem sexual que *acumula as divisões na produção e reprodução da força de trabalho*. O aviltamento e a demonização da mulher (“casada com o diabo”), a destruição dos saberes de que ela era depositária, a criminalização da contracepção e das práticas “mágicas” de cuidado privam as mulheres do controle sobre seu próprio corpo, que se torna propriedade dos homens, garantida pelo Estado, e elas podem agora, como o resto da população, ser empregadas no trabalho.<sup>13</sup> Definem-se assim as condições em que é consignado às mulheres o trabalho de reprodução biológica, econômica e “afetiva” da força de trabalho.

É um “trabalho não produtivo”, explicam doutamente os economistas clássicos e um bom número de marxistas, pois se situa à margem da valorização do capital, e, também por isso, trabalho não remunerável, estando na ordem de um *recurso natural* e de um

*bem comum*; porém, regulado, no quadro de (bio)políticas de natalidade da unidade familiar promovidas de maneira agressiva pelo mercantilismo. Nos passos de Maria Mies, Silvia Federici arrisca um paralelo entre o trabalho reprodutivo não remunerado das mulheres (juntamente com a apropriação de seus ganhos por trabalhadores homens) e o trabalho forçado dos escravos. E estuda a maneira como a “guerra contra as mulheres”, que visa discipliná-las, inscreve-se no quadro de um novo tipo de patriarcado, o patriarcado assalariado.<sup>14</sup>

Com centenas de milhares de execuções, a “caça às bruxas” é o mais cruento episódio de uma guerra, travada desde o fim da Idade Média, contra a relativa autonomia e liberdade das mulheres.<sup>15</sup> Essa caça não é a marca infame de um Deus medieval inscrito em uma “história das mentalidades”; ela é o *sabá do capital*.

No funcionamento cotidiano de uma “arte de governar que não é “nem soberania, nem pastorado”,<sup>16</sup> as campanhas militares de “evangelização” cristã possibilitam a exportação da caça às bruxas ao Novo Mundo, enquanto a resistência dos indígenas contribui para pôr fim ao mito do Bom Selvagem,<sup>17</sup> permitindo que se declarem as mulheres, profundamente envolvidas nas revoltas indígenas, como um perigo para a ordem colonial. (Mas é Calibã – e não sua mãe, Sycorax, “bruxa” cujos poderes e influência sobre seu filho não foram, apesar de tudo, silenciados por Shakespeare – que se tornaria o herói dos revolucionários latino-americanos...) Inversamente, pode-se afirmar, ainda que com o risco de desarranjar as cronologias mais estabelecidas, que a estratégia política de extermínio dos Selvagens pode ter influenciado o massacre dos protestantes na França e inspirado a caça às bruxas (sodomitas e canibais) em nossa velha Europa ameaçada pela *turba damnationis* dos pobres.<sup>18</sup> De maneira geral, como mostra Foucault, opera-se em fins do século XVI “uma espécie de repercussão, sobre as estruturas jurídico-políticas do Ocidente, da prática colonial”. Como ele explica,

Nunca se deve esquecer que a colonização, com suas técnicas e suas armas políticas e jurídicas, transportou, claro, modelos europeus para outros continentes, mas que ela também teve numerosas repercussões sobre os mecanismos de poder no Ocidente, sobre os aparelhos, instituições e técnicas de poder. Houve toda uma série de

modelos coloniais que foram trazidos para o Ocidente e que fez com que o Ocidente pudesse praticar também em si mesmo algo como uma colonização, um *colonialismo interno*.<sup>19</sup>

Vê-se, assim, que as voltas, desvios e retroações *do ciclo de reciprocidade histórica do nacionalismo, do racismo e do sexismo* são, em todos os sentidos, constitutivos da potência ecumênica do englobamento capitalístico do mundo em uma guerra permanente que lhe serve de vetor e tensor. Que essa ecumênica seja inconcebível sem “tecnologias” de biopoder e uma biopolítica concomitantes à emergência do capitalismo, cujas colônias são também laboratório, dá uma ideia nua e crua da realidade supostamente “progressista” da transição em questão, cujo melhor nome seria *corte contínuo*.

## 2.2 Guerras de subjetividade e modelo majoritário

Em um curso no Collège de France intitulado *Segurança, território, população*, Foucault pretende ampliar o sentido da guerra e a tipologia das guerras que ocorreram no primeiro período da acumulação primitiva. Para fazê-lo, chama nossa atenção para um aspecto nem sempre notado das “grandes lutas sociais” que marcaram a transição do feudalismo ao capitalismo, e das quais um dos episódios mais marcantes foram a Guerra dos Camponeses (1524–26).

Como observa Foucault, a “transição” foi o teatro de um tipo de guerra em que estavam implicados os modos de subjetivação e a conduta dos comportamentos. As “pastorais” cristãs, que exercia um poder subjetivo de controle sobre as condutas dos indivíduos (“é preciso tornar-se sujeito para se tornar indivíduo” – e *sujeito* em todos os sentidos da palavra), entra em crise sob “o assalto das contracondutas”, das “insurreições de conduta”, que Foucault chama de “revoltas pastoris”, contra as novas condições econômicas e do governo dos comportamentos. A passagem do “governo das almas” ao “governo político dos homens” não consiste apenas de uma simples transferência das funções pastoris da Igreja ao Estado. Existe ainda uma intensificação das formas espirituais de controle das condutas dos indivíduos (“tanto a

Reforma quanto a Contrarreforma “[tiveram] uma influência sobre a vida espiritual dos indivíduos muito maior que no passado”<sup>20</sup>), acompanhada de uma extensão de sua eficácia temporal, reorientada por dispositivos de “governo da *res publica*”<sup>21</sup> que põem a nova ética teológica do trabalho e da riqueza a serviço da disciplinarização e do trabalho forçado da população.

O pecado capital deixa de ser a avareza e se torna a preguiça, que resulta do “afrouxamento da disciplina” e do “relaxamento dos costumes”, e deve ser contido na passagem da desordem à ordem. O que por seu turno explica, como destaca Foucault na *História da loucura*, por que “a relação entre a prática do internamento e as exigências do trabalho não é definida inteiramente – longe disso – pelas condições da economia”,<sup>22</sup> pois o imperativo do trabalho é *indissociavelmente econômico e moral*, tornando-o suscetível a ser contestado pelas resistências à conjugação entre lei civil e obrigação moral.

A importância e a radicalidade das guerras de subjetividade na Europa e no Novo Mundo tornam-se manifestas com a destruição promovida pela acumulação primitiva que opera não somente no nível das condições materiais de vida, mas também nos territórios existenciais, nos universos de valor, na cosmologia e nas mitologias que estavam no fundamento da “vida subjetiva” dos povos colonizados e dos pobres do mundo dito “civilizado”. A desterritorialização priva os colonizados, as mulheres e os proletários de sua vida “a-orgânica”, segundo a expressão de Deleuze e Guattari que podemos redirecionar para a análise foucaultiana. Com efeito, se o biopoder só pode investir a vida como administração das condições “biológicas” da espécie pelo Estado (fecundidade, mortalidade, saúde etc.), é porque a acumulação primitiva foi o agente prévio da destruição dessa dimensão “subjetiva”. As guerras de subjetividade não são, portanto, um “suplemento” ao Capital em sua face “subjetiva”: elas constituem a especificidade mais “objetiva” das guerras contra as mulheres, os loucos, os pobres, os criminosos, os diaristas, os operários etc. Elas não se contentam em “desfazer” o adversário (para melhor negociar um tratado de paz, segundo a concepção clássica da guerra interestatal), mas visam, precisamente, a uma “conversão” de sua subjetividade, a uma conformação de seus

comportamentos e condutas à lógica da acumulação do capital e de sua reprodução.

Nesse sentido, a produção de subjetividade é ao mesmo tempo a primeira produção do capitalismo e o *objeto* principal da guerra e da guerra civil em particular. A formatação da subjetividade é o *nó estratégico* dessas guerras, e o reencontraremos ao longo de toda a história do capitalismo. Para Félix Guattari, de quem pegamos emprestada a expressão, as “guerras de subjetividade” são guerras políticas de “formatação” e de “pilotagem” de uma subjetividade necessária à produção, ao consumo e à reprodução do Capital. Enquanto tal, não são estranhas às lutas que se desenrolam no interior dos movimentos de insurreição e contestação que reivindicam a definição das formas de organização e subjetivação da máquina de guerra revolucionária (militância, modalidades de ação, estratégia, tática etc.). Para Michel Foucault, elas constituem a trama de uma resistência e da invenção de uma subjetivação “outra”, diferente não apenas da que se encontra em toda experiência de ruptura revolucionária,<sup>23</sup> mas também no deslocamento último concebido pelo filósofo, pois a passagem da ética a uma “vida militante” por meio da *parrhēsia* é, em si mesma, uma “guerra contra o outro”.<sup>24</sup>

Os violentos processos de desterritorialização no cerne da acumulação primitiva (entendida no sentido mais estreito do termo, como o período que vai até a caça às bruxas)<sup>25</sup> e da globalização que a acompanha são, portanto, indissociáveis de guerras de subjetividade. A construção do “modelo majoritário” do Homem macho, branco e adulto, que transforma as mulheres em minoria de gênero e os colonizados em minoria de raça, é um dispositivo estratégico que *necessariamente* se instala de forma simultânea nas colônias do Novo Mundo e na Europa, onde, como se sabe, “a diversidade oferece maravilhosas mercadorias a Satanás”.<sup>26</sup> A primeira união europeia se dá, assim, em torno de um *Little Big Man* surgido nesse espaço de terror que favorece a realização das “trocas” estratégicas em proveito da formação contínua de um *proletariado mundial*.

As relações de poder e as divisões estabelecidas pelo modelo majoritário inscrevem-se a fundo na organização das relações de exploração, tanto na metrópole quanto na periferia. Pois é graças à

acumulação primitiva e *como* acumulação capitalista contínua que o modelo majoritário / minoritário (homens / mulheres) poderá funcionar no interior da classe assalariada europeia em coordenação com a exploração de classe em geral.

A guerra contra as mulheres produz uma diferenciação e uma divisão sexual do trabalho que se mostram decisivas na história da acumulação do capital e das lutas que se opõem a ele. Em uma sociedade em vias de monetarização, as mulheres possuem apenas acesso indireto ao dinheiro, através do salário do trabalhador homem em relação ao qual elas se encontram em situação de dependência e inferioridade. Dominado na lógica de classes, o assalariado macho se torna dominador na lógica do modelo maioria / minoria. O salário se torna, com suas modalidades de distribuição, sinônimo de uma forma de dominação sobre a mulher e de promoção forçada da família “burguesa” nuclear no mundo do trabalho, que a preservará mesmo em suas correntes mais revolucionárias. O “antifeminismo proletário” (na expressão de Thönnessen) e a defesa operária dos direitos da mulher reduzida à sua condição de mãe e dona de casa andam lado a lado. Como constata Maria Mies, “a proletarização dos homens repousa sobre a transformação das mulheres em donas de casa. O Pequeno Homem Branco ganha, assim, a sua própria colônia – a família e, dentro dela, a dona de casa”.<sup>27</sup>

A despeito de certas críticas feministas, a microfísica foucaultiana do poder se mostra aqui um instrumento indispensável para dar conta do modo como o poder perpassa os dominados, fazendo da “micropolítica” o terreno privilegiado de dinâmicas de divisão, de diferenciação, de antagonismo. A “composição de classe” do proletariado seria, assim, atravessada por linhas de fratura que estão na origem de verdadeiras “guerras civis” moleculares, irredutíveis a qualquer espécie de conflito ideológico.

Ashis Nandy descreveu a maneira como, na Índia, a construção do modelo majoritário pelos colonizadores britânicos passou sempre pelas mesmas etapas, a partir do estabelecimento de uma “hierarquia colonial de identidades sexuais”, na qual “o masculino é superior ao feminino, e o feminino é, por sua vez, superior à feminilidade no homem”, implicando a desvalorização da

*image  
not  
available*



de uma geopolítica colonial do estado de natureza, obedece à lógica histórica da acumulação pelo “comércio” da apropriação do mundo. Ela permite ao filósofo reproduzir, reconstruir e deslocar para a cena americana, segundo uma ordem das razões, a expropriação não consentida dos camponeses ingleses, evento que não aparece enquanto tal nos *Tratados*, salvo no resultado supostamente mais natural: homens que não possuem terras serão capazes de adquirir pelo trabalho os meios *monetários* de subsistência, *transferindo, para os bolsos de outro, o ganho que recompensa o trabalho...*<sup>40</sup> Se as políticas de cercamento são, para Locke, “a pedra de toque da via inglesa de colonização da América”,<sup>41</sup> é a sorte dos “pobres” – que é preciso, a todo custo, submeter ao trabalho, em regime de *workhouses* e de “escolas de formação” para crianças, alistando-as na marinha ou deportando-as para as *plantations*<sup>42</sup> – que evoca a escravidão pelo *dever de servidão* em um mundo que o comércio torna “próspero” como nunca. Prova, se necessário fosse, que “o aumento do número de pobres tem outra causa, a saber, o relaxamento da disciplina e a corrupção dos costumes, pois a virtude e o trabalho são tão inseparáveis quanto o vício e a ociosidade”.<sup>43</sup>

Pode-se agora medir os limites da função civilizadora do trabalho, após a introdução do dinheiro, que funda o princípio de racionalidade da acumulação ilimitada ao dissociar a apropriação (da terra) e o trabalho (dos homens sem terra), que poderá depois *ser reapropriado* segundo uma lei da natureza e *da razão*. Como o desenvolvimento pleno da racionalidade coincide com o florescimento da *persona oeconomica*, trata-se de uma questão de apropriação e expropriação mais que de trabalho, e o “homem industrioso” não é mais o “homem racional” (*the rational*), e sim o pobre trabalhador submetido à autoridade do Estado, que administra e disciplina a força de trabalho mantendo-a presa ao mais estrito circuito de subsistência, “*from hand to mouth*”, que impede o trabalhador de “elevar seus pensamentos para além dos problemas imediatos da vida” cotidiana. A classe laboriosa, além de limitada ao extremo quanto à possibilidade de adquirir conhecimentos e riquezas,<sup>44</sup> vê-se também privada do direito de insurreição, cujo exercício depende de uma escolha da razão que constitui, de fato, o único critério de cidadania<sup>45</sup> – à diferença da

*image  
not  
available*

inverteu uma espécie de tese a um só tempo difusa e precisa que circulava desde os séculos XVII e XVIII”, segundo a qual a guerra deve ser entendida como “relação social permanente”.<sup>58</sup> Com isso, Foucault será levado a estudar o surgimento e a difusão de discursos que, pela primeira vez, concebem a política como extensão da guerra.

Portanto, não faz sentido afirmar que Foucault não se interessa pela época correspondente à acumulação primitiva. Porém, é certo que a análise do ponto de vista da constituição “embrionária” dos Estados no capitalismo emergente (a “governamentalização do Estado”) e das guerras de subjetividade que marcaram a transição do feudalismo para o capitalismo. Reside aí o limite a que chega seu trabalho inestimável. O ponto de vista eurocêntrico (e mesmo “britânicocêntrico” quanto à genealogia da “guerra das raças”, que o curso de 1976 relata – de maneira por vezes perigosa – a partir dos efeitos da conquista na Inglaterra) é problemático e reduz o alcance da análise de como se constituem as relações de poder no capitalismo nascente que se tecem, transversalmente, nos dois lados do Atlântico. Foucault extrai daí três aspectos encadeados: a acumulação do Estado; a crise do modo de vida pastoril no horizonte de uma “governamentalidade” que se define em termos estratégicos e táticos; e os possíveis efeitos retroativos da relação entre disciplinas e colonizados nos mecanismos de poder ocidentais. Mas seria necessário prolongá-los para além dos limites da caracterização foucaultiana, pois poderiam assim contribuir para uma problematização mais a fundo da guerra como “cifra” ou denominador da relação social do capital, o que daria à análise do poder político o feitiço de análise do *disciplinamento da guerra*.

Pois as guerras de conquista e depredação do Novo Mundo presidem a *automanifestação amplificada* de outra instituição, central para o nascimento e o êxito do capitalismo. A acumulação primitiva é também, e pode ser que o tenha sido desde o início, acumulação do poder e da riqueza do Estado. Sob esse aspecto, Michel Foucault sem dúvida a descreveu da maneira mais pertinente, embora tenha negligenciado a *globalização constitutiva* do capitalismo – cabendo a nós reintroduzi-la na trama de sua análise.

Conforme ele explica, com o fim da Guerra dos Trinta Anos, em

*image  
not  
available*

que produz um saber a respeito do comportamento das pessoas, sobre como elas vivem, pensam, fazem amor. A “verdade está sempre presente em toda coisa ou sob toda coisa, a propósito de tudo e de qualquer coisa pode-se colocar a questão da verdade”.<sup>71</sup> De acordo com modalidades que Locke nos permitiu descobrir, essa *produção universal da verdade* requer formas de pensamento e “tecnologias” que permitam acessá-las *mediante a produção do sujeito de sua enunciação e recepção*. É preciso, de fato, “um sujeito universal dessa verdade universal, mas será um sujeito abstrato pois, concretamente, o sujeito universal capaz de apreender essa verdade será raro, porque terá de ser um sujeito qualificado por certo número de procedimentos que serão precisamente os procedimentos da pedagogia e da seleção”.<sup>72</sup> Em suma, um sujeito instruído no saber da acumulação do capital, equipado para exercer o poder de acumulação sobre os homens e efetuar a *colonização sistemática* destes. É pena, na verdade, que a experimentação “disciplinar” promovida pelos jesuítas nas comunidades guaranis do Paraguai não tenha sido desenvolvida por Foucault, pois, assim fechou-se para ele a passagem que o teria levado à biogeopolítica mundial do capitalismo.

Se concebêssemos a articulação entre os conceitos de biopoder e de poder disciplinar a partir de uma genealogia que encontrasse, em sua origem, a acumulação primitiva, seria possível identificar o modo como tais poderes prolongam a guerra por outros meios, principalmente a “guerra contra as mulheres”. A definição do biopoder como dispositivos de produção e de controle dos processos “de natalidade, de mortalidade, de longevidade” da população pelo Estado<sup>73</sup> teria muito a ganhar com a inclusão das políticas de expropriação e apropriação dos “corpos” das mulheres, estendendo o poder à “reprodução” da força de trabalho: uma verdadeira *biopolítica do corpo*.<sup>74</sup> Assim, seria possível verificar que o poder de “regulamentação” de uma biopolítica caracterizada pela apropriação da vida das populações depende de “todo um conjunto disciplinar que viceja sob os mecanismos de segurança para fazê-los funcionar”.<sup>75</sup> O que daria ainda uma dimensão muito diferente à análise do liberalismo econômico, estreitamente ligado às técnicas de disciplina, na medida em que o disciplinamento da vida desponta como a *matriz biopolítica* do

*image  
not  
available*

ainda, para produzir e manter juntos os diferenciais que definem as divisões do trabalho, dos sexos e das raças, sem os quais o capitalismo não poderia se alimentar das desigualdades que ele desencadeia.

Fernand Braudel observa que a guerra, “renovada pela técnica, criadora de modernidade”, trabalha para a constituição acelerada do capitalismo: “A partir do século XVI, aconteceu uma guerra de ponta, que mobilizou, de maneira frenética, o crédito, a inteligência, o engenho das técnicas, e tão frenética que, dizem alguns, mudava de figura de um ano para o outro”.<sup>87</sup> Referindo-se ao mesmo período, Immanuel Wallerstein considera que a guerra é uma reserva de emprego para os pobres e uma força produtiva de primeira importância no estímulo ao crédito: “O aumento de gastos militares muitas vezes estimulou a produção em outros domínios, de maneira que um excedente de produção aumentava em tempos de guerra”. A logística militar solicitava não apenas o comércio e a produção, mas era também “um sistema de criação de crédito. Na verdade, os príncipes não eram os únicos a realizar empréstimos junto aos banqueiros; também o fez a indústria militar”.<sup>88</sup>

Lembrando-nos que “uma guerra no Brasil não é como uma guerra em Flandres”, Braudel oferece-nos ainda outra indicação importante: o fato de que a acumulação primitiva impõe profundas mudanças na maneira de conduzir a guerra, declinando-a no sentido de uma *guerrilha* – cuja origem, para Carl Schmitt, seria bem mais tardia (seguindo um calendário europeu e privilegiando, portanto, as formas de resistência suscitadas pelas guerras napoleônicas, principalmente na Espanha).

Mas a guerra enquanto “filha e mãe do progresso”, que acompanha o Estado-nação como uma sombra e contribui para a “consagração” do capitalismo, tem lugar apenas no palco central da economia-mundo. Na periferia, nas colônias, pratica-se uma *guerra de pobres*, destinada a *bárbaros*, a única adaptada a seus “meios”. Para grande frustração dos militares profissionais enviados às “Américas”, é impossível conduzir a guerra na África, no Brasil ou no Canadá segundo os costumes europeus (as “leis da guerra”). A *guerra de mato ou de deslocamento*, conduzida por tropas recrutadas no local (os *soldados da terra*), travada no Nordeste

*image  
not  
available*



instalação de um novo regime de acumulação, no qual a espoliação dos “detentores de recursos” coexiste, como jamais antes visto, com a exploração do trabalho do assalariado, a guerra, a violência e a pilhagem.

A verdadeira máquina de guerra do capital é a financeirização, da qual o capital “industrial” é apenas um dos elementos, agora totalmente reestruturado e subordinado às exigências do capital “fictício”. O capitalismo contemporâneo inverte a formulação de Marx segundo a qual a renda é uma parte do lucro, pois na verdade é este que deriva daquela. Isso explica por que a análise marxista do capitalismo contemporâneo, tal como desenvolvida por Harvey, resulta em proposições políticas tão fracas. Ao conservar a distinção clássica entre capital industrial e capital financeiro, Harvey é forçado a inventar uma dialética política que reúna o que ele mesmo separou, a saber, “as lutas no plano da reprodução expandida”, ou as lutas clássicas do movimento operário, e as lutas contra a acumulação por espoliação, conduzidas por movimentos contra a globalização. Por evitar a questão política imposta pela hegemonia do capital financeiro, que suprime a distinção entre acumulação por exploração e “acumulação por espoliação”, Harvey termina por ignorar a guerra *na e da* economia.

Já Hannah Arendt, por não ser marxista e se mostrar reticente em relação ao aspecto progressista do capital, enuncia, a título de balanço do imperialismo – das guerras coloniais do século XIX às guerras totais da primeira metade do século XX – aquilo que a hegemonia do capital financeiro vai tornar patente:

As depressões dos anos 60 e 80, que deram início à era do imperialismo, forçaram a burguesia a compreender pela primeira vez que o pecado original do roubo, que séculos antes tornara possível o “original acúmulo de capital” (Marx) e gerara todas as acumulações posteriores, teria eventualmente de ser repetido, a fim de evitar que o motor da acumulação parasse de súbito. Diante de tal perigo, que ameaçava a nação inteira com um colapso catastrófico da produção, os produtores capitalistas compreenderam que as formas e leis do seu sistema de produção “havam desde o início sido previstas para *toda a terra*” (Luxemburgo).<sup>94</sup>

*image  
not  
available*

apenas os Estados poderiam levar a termo a estratégia militar-mercantil promovendo uma primeira globalização imperialista que passa pela permanência, nos mares, de extensas frotas oceânicas. Seus custos são tão exorbitantes, que só poderiam ser bancados por Estados europeus atlânticos em intensa rivalidade, até que a nação mais marítima, e para a qual “*there was no short cut to supreme naval power*”,<sup>10</sup> dê o golpe decisivo que conduzirá da revolução militar à revolução industrial.

Essa guerra econômica de “infraestruturas” e “serviços”, esses investimentos de guerra impostos por uma escalada armamentista, ofensiva e defensiva, requerem, para ser financiados e administrados, nada menos que a figura absolutista do Estado moderno. O estabelecimento militar do Estado exige, com efeito, um exército profissional (formado por *unidades*, com treinamento *em massa*, uma nova hierarquia militar que privilegia a eficácia em combate) e uma administração permanente, uma legislação codificada em torno da propriedade privada, de caráter jurídico incondicional e que a “administra”, e, por fim, um mercado, unificado pela territorialização, que permita a arrecadação de impostos nacionais, como a *taille Royale*, destinada a financiar as primeiras unidades militares regulares da Europa (o primeiro imposto nacional da França). Se o que Marx chama de “plano regulamentado de um poder estatal cujo trabalho é dividido e centralizado como numa fábrica”<sup>11</sup> se forma na época da monarquia absoluta – com a distribuição, num mesmo território, dos atributos do Estado policial, do Estado militar, fiscal, administrativo, manufatureiro-empendedor e colonial –, é porque o Estado mercantilista se insere em um “sistema internacional de Estados” (segundo a fórmula de Porchnev) e é, antes de tudo, efeito de uma revolução militar que consagra a indistinção entre a economia e a política, celebrando sua vitória sobre a cidade, *enfeudada no nível nacional*. Ou, colocando de outra maneira, em relação à questão do feudalismo e à posição marxista “clássica” (na verdade, mais engelsiana do que propriamente marxiana), mantida como prisioneira da tese em que o “absolutismo feudal” (que encontramos em Althusser) é resultado da suposta “racionalidade arcaica”, essencialmente feudal, da função *absolutista* da guerra:<sup>12</sup> o Estado submete e “nacionaliza” as

*image  
not  
available*

A conclusão desse processo é decisiva para a acumulação de riquezas: as guerras modernas criam uma sinergia entre “poder e riqueza”, entre o domínio militar e a *industry*, que estabelece uma assimetria de poder entre nações ricas e nações pobres, condição e causa da acumulação de grandes propriedades às custas destas últimas.

Em tempos antigos, marcados por um estado de guerra mais ou menos contínuo,<sup>23</sup> a “lei feudal” estabeleceu uma primeira “subordinação regular – acompanhada de longa série de serviços e impostos – desde o rei até o menor proprietário”; mas a autoridade permanecia “muito fraca na cabeça e muito forte nos membros inferiores”, de tal maneira que estes últimos “continuaram a fazer guerra a seu arbítrio, quase incessantemente uns contra os outros, e muito frequentemente contra o rei; e os campos continuaram a ser cenário de violência, rapinas e desordens”.

O comércio e a manufatura vêm introduzir “gradualmente a ordem e a boa administração e, com elas, a liberdade e a segurança dos indivíduos”.<sup>24</sup> Mas, na opinião de Smith, e ao contrário do que muitos creem, esse processo não foi conduzido pela mão invisível do mercado, e sim pelo Estado. E não poderia ser diferente, pois cabe ao Estado defender a liberdade e a segurança, o que “só pode ser cumprido recorrendo à força militar” *soberana*. Nos tempos antigos, “todo homem é um guerreiro ou facilmente se torna um guerreiro”;<sup>25</sup> já num “estágio social mais avançado, [...] o desenvolvimento das manufaturas e o aperfeiçoamento da arte bélica”<sup>26</sup> tornam necessária a especialização de um exército sob o comando do Estado.

A “divisão do trabalho” opera nesse processo, mas não da mesma maneira na manufatura e na guerra. “Um artífice, um ferreiro, um carpinteiro ou um tecelão” não fazem bons soldados, pois, absortos em seu trabalho, “um serviço tão cansativo e caro constituiria um ônus por demais pesado para esses cidadãos”. Ora, “a arte bélica, assim como certamente representa a mais nobre de todas as artes, da mesma forma, [...] necessariamente se torna uma das artes mais complexas. [...] Entretanto, para levar a arte bélica a esse grau de perfeição, é necessário que ela se torne a ocupação exclusiva ou principal de determinada classe de cidadãos; e a divisão do trabalho é tão necessária para o desenvolvimento dessa

*image  
not  
available*

# [ 4 ]

## DUAS HISTÓRIAS DA REVOLUÇÃO FRANCESA

### 4.1 A Revolução Francesa de Clausewitz

A primeira série de exercício da violência armada de / na colonização interna e externa se encerra com a Revolução Francesa. Foi Clausewitz quem interpretou o acontecimento da maneira mais rigorosa, a partir do ponto de vista da máquina de guerra estatal: a Revolução condena em definitivo o equilíbrio europeu, a maneira de fazer a guerra e de organizar o exército de modo a garantir a ordem internacional, a administração jurídico-militar da paz civil em cada nação. Os acontecimentos revolucionários confirmam a diferença de natureza entre o Estado e a máquina de guerra, pois esta última escapou, por um breve instante, à iniciativa do Estado – o que confirma a hipótese de que a máquina de guerra em algum momento se volta contra ele.

Com a Revolução, abre-se uma segunda série política. Novas forças sociais, os operários e os capitalistas, cada uma delas por conta própria, apropriam-se da máquina de guerra do Estado. O período pós-revolucionário será marcado pelo êxito da burguesia na reorganização do Estado e da máquina de guerra em torno dos interesses do capital e, em seguida, pelo fracasso dos movimentos revolucionários que tentarão, ao longo do século XIX, apropriar-se da máquina de guerra e do Estado e transformá-los.

Mas retornemos por um instante à transição entre a primeira e a segunda séries, representadas pela Revolução Francesa. Havia coisas latentes “quando rebentou a Revolução”, diz Clausewitz. “[...] uma força que ninguém imaginara fez sua aparição em 1793. A guerra tornou-se subitamente de novo uma questão do povo, e de um povo de 30 milhões de habitantes, que se consideravam todos como cidadãos do Estado. [...] Desde então, os meios disponíveis – os esforços que os podiam pôr em movimento – já não tinham

*image  
not  
available*



muito maior que as perdas francesas na batalha de Waterloo), como também havia derrotado as armadas espanhola e inglesa. Entre a revolta de 1791 e a declaração de independência em 1º de janeiro de 1804, a Revolução Negra dos escravizados de Saint-Domingue sai vitoriosa, por um período de doze anos, do confronto com as três principais potências mundiais. Muito antes do Exército Vermelho soviético ou do exército da China, o exército negro é a primeira força proletária a revolucionar profundamente a arte da guerra. Como explica C. L. R. James, eles “possuíam a organização e o treinamento de um exército e, ao mesmo tempo, conheciam todos os truques e artimanhas da guerrilha. [...] Se os franceses enviavam grandes expedições contra eles, desapareciam nas montanhas, deixando um rastro de fogo atrás de si, retornando quando os exaustos franceses se retiravam, para destruir ainda mais plantações e atacar as linhas inimigas”.<sup>22</sup> Não deixemos que o marcado estilo clausewitziano de C. L. R. James nos deixe esquecer que tocamos, aqui, no impensável para o oficial prussiano, por mais que ele tenha sopesado a importância da resistência espanhola para a geopolítica europeia. De fato, está além de seu entendimento que escravos iletrados, “constitucionalmente incapazes de disciplina e de liberdade”, tenham aprendido tão rapidamente as técnicas de guerra mais sofisticadas, para colocá-las a serviço de uma guerrilha implacável logo depois de celebrar rituais de vudu.<sup>23</sup>

Os “escravos” inventam a guerra revolucionária como guerra do povo, apropriando-se das modalidades da guerra napoleônica, descritas por Clausewitz, para combater a reação de retrocesso que pretende restaurar o Code Noir (restabelecido em 1802 por Napoleão nas colônias francesas, sem oposição na metrópole e para alívio da Inglaterra e dos Estados Unidos). Os “generais”, “oficiais” e “soldados” são oriundos de uma *nova* classe social, o “povo” de escravizados-combatentes, todos eles “chefes”. (Como disse Napoleão quando da prisão de Toussaint Louverture, “*de nada adianta prender Toussaint se ainda temos os outros 2 mil chefes para prender*”.) Subverte-se com isso a essência da guerra colonial, guerra de genocídio / guerra total contra a população, afirmando-se e colocando-se em prática o princípio de existência de uma guerra total como força revolucionária voltada contra o “exército

*image  
not  
available*

revolucionários haitianos, por sua vez, querem *destruir todo o mundo da plantation escravagista*.<sup>30</sup>

“Esquecida” pelos revolucionários europeus da classe operária, a revolução negra foi recolocada no centro da cena histórica mundial pelos militantes anticolonialistas, que encontraram nela o *momentum* da emancipação negra, da regeneração africana e da gestação das políticas de revolução e de descolonização.

“Cometendo voluntariamente um anacronismo”, escreve Selim Nadi, “digamos que o Terceiro Mundo começou a germinar com Saint-Domingue”. Encontramos aí pela primeira vez a ideia depois formulada por Sauvy, que comparava o Terceiro Mundo ao Terceiro Estado da Revolução Francesa, “ignorado, explorado e desprezado” como este último. Com a divisão do planeta em Primeiro, Segundo e Terceiro Mundos, este último ganhou vontade de “se tornar alguma coisa”.<sup>31</sup> Tudo sempre acontece *atrasado ou adiantado* (pensemos aqui naquele “proletariado moderno” das gigantescas “fábricas” de cana-de-açúcar, mais proletariado e mais moderno do que “qualquer outro grupo de trabalhadores existentes à época”, disse C. L. R. James), e *nada se desenvolve* na direção esperada por um marxismo cujo sentido seria determinado a partir da perspectiva (teleo)lógica do processo capitalista. *Black Marxism*, Marxismo Negro. Toussaint – ou *l’ouverture* [a abertura] e *a brecha* nas múltiplas guerras de exploração, de dominação e de sujeição que instituem o regime biopolítico da acumulação continuada do Capital.

*image  
not  
available*

festas, faltas, jogos e especialmente loterias, como má relação com o tempo na maneira de esperar ganhar dinheiro não da continuidade do trabalho, mas da descontinuidade do acaso. Foi preciso levar o operário a dominar o acaso de sua existência: doença e desemprego. Foi preciso ensinar-lhe aquela qualidade a que se dava o nome de previdência, torná-lo responsável por si mesmo até a morte, oferecendo-lhe [cadernetas de] poupança.”<sup>6</sup>

A continuidade entre “o relógio de ponto, o cronômetro da linha de montagem e o calendário da prisão”<sup>7</sup> é constitutiva do adestramento da força de trabalho em sentido estrito e implica uma disciplina transversal do tempo de produção em paralelo com o tempo de poupança, com o de reprodução e com o “tempo livre”. Como o tempo é o único “bem” que o proletário possui, o operário troca seu tempo (de trabalho) por salário, enquanto o “criminoso” é forçado a trocar seu tempo (de liberdade) pelo pagamento de seu “crime” (frequentemente, um crime contra a propriedade). A análise do marxismo, mesmo em sua versão heterodoxa mais inovadora, procede no sentido contrário: primeiro, o capital se apropriou do tempo de trabalho e, em seguida – após um longo caminho, que só terminou com a Segunda Guerra –, passou a explorar o tempo de vida na “sociedade de consumo”, e de maneira especialmente intensa e difusa no “pós-fordismo”.

Com a Revolução Industrial, passamos da localização dos indivíduos, isto é, de sua fixação a uma terra (espaço) em que se pode exercer soberania e da qual se pode extrair renda, para um “sequestro temporal”. O “sequestro” é uma “engrenagem temporal” que captura os indivíduos de tal modo que a vida deles passa a ser submetida constantemente ao tempo homogêneo do capital, sendo, por conseguinte, *socializada*. Para pensar o “sequestro temporal”, não se devem considerar apenas os dispositivos espacializados, como a fábrica, a escola, o hospital etc., mesmo porque o tempo ou é regulado pela disciplina ou se mantém somente na questão da “internalização” da disciplina temporal.<sup>8</sup> A poupança e os fundos de segurança social são, juntamente com outros mecanismos de reserva financeira (que levarão no século XX ao *Welfare State*), um dispositivo de controle, de disciplina e de fabricação de normas sociais que fixam os proletários às temporalidades e aos ritmos do capitalismo por meio

*image  
not  
available*

num grupo como no outro, as mulheres em particular, na medida em que a crise do poder soberano patriarcal e de seu exercício nos conjuntos orgânicos, que tendem a se desmembrar, é a principal razão para se constituir a família restrita. Negligenciada na história do capitalismo, a formação da família conjugal depende da transformação da dominação das mulheres por meio de *uma domesticação interna* que é paradigmática dessa “guerra de subjetividade”, e que deve ser reinscrita no horizonte de emancipação do *homem privado*.

A “campanha contra a masturbação” infantil, que mobilizou os médicos e educadores entre fins do século XVIII e do XIX, incitou a família burguesa a eliminar todos os intermediários (incluindo preceptores e governantas), suprimindo quando possível também os trabalhadores domésticos (amas inclusas), e a transformar o espaço familiar em espaço de educação e vigilância contínuas. Tudo isso favoreceu a difusão da medicina doméstica (a masturbação é uma “doença”), e o corpo da criança se tornou objeto de cuidado permanente da parte dos pais (*Alguns pensamentos sobre a educação*, de Locke, é um dos primeiros exemplos sistemáticos). Essa verdadeira cruzada, com suas instruções práticas, “foi um meio de estreitar as relações familiares e fechar, como uma unidade substancial, sólida e afetivamente saturada, o retângulo central pais-filhos”.<sup>16</sup> A transformação da grande família, como uma tela de complexas relações de interdependência e pertencimento recíproco, em família restrita, com sua unidade celular, conjugal e parental tal como a conhecemos, em termos de autonomia econômico-moral, depende do controle das crianças, o que condiciona, por sua vez, a formação da figura burguesa da esposa e da “mãe de família”. O fato de que, para ela, nada reste no exterior da família além de dedicar-se a boas ações e missões educativas confirma como é essencial, para o ciclo da normalização burguesa, manter-se por meio do vínculo circular entre todos os elementos que o compõem. A mulher é assim vinculada à produção da subjetividade, que mistura, à valorização do corpo da criança pela célula familiar (consequentemente restrita ao núcleo parental), uma infiltração de sexualidade, por meio de uma tecnologia do poder médico, colaborando assim para a valorização econômica e afetiva da

*image  
not  
available*



dinâmico”. Um *racismo da expansão*, que dará frutos a partir da segunda metade do século XIX.<sup>26</sup>

### 5.3 O adestramento subjetivo não é ideológico

A guerra de subjetividade não é ideológica. Ela se dá através de dispositivos, instituições, técnicas e saberes que, em conjunto, enquadram os indivíduos num sistema de identidades sem remetê-lo, a princípio, à consciência e ao seu jogo de (falsas) representações, que, ao contrário, dependem desse sistema. Na medida em que o dispositivo familiar está ativamente capturado por todos os mecanismos reais de sujeição, a família permanece, até hoje, no centro da organização capitalística do poder sobre a vida e no coração dos “conflitos subjetivos” que dela decorrem.

Sua economia não se limita a colocar gratuitamente, à disposição da “sociedade”, o trabalho de reprodução (afetiva e econômica) das mulheres. Ela constitui, igualmente, um ponto de retransmissão e uma fonte multiplicadora de poder entre o conjunto das instituições disciplinares (escola, exército, fábrica, hospital) e os novos aparelhos de regulação (fundos emergenciais ou de previdência, mecanismos de assistência, serviços de higiene e de medicalização...), sem os quais o capitalismo industrial não poderia funcionar por muito tempo.

Na Idade Clássica, o controle dos indivíduos e sua fixação a uma única função, papel ou identidade eram obtidos por sua pertença territorial a castas, comunidades e grupos, tais como as corporações e as guildas, em estreita articulação com a verticalidade de gerações como no antigo regime de descendência familiar. A partir do século XIX, em razão do deslocamento desses corpos e da desintegração do modelo familiar pela fixação (do “trabalho livre”) na fábrica, os indivíduos são *ligados e religados*, como se pelo lado de fora, a uma multiplicidade de dispositivos de “sequestro temporal”, cujo *continuum* é o próprio tempo útil da vida. “Logo que nasciam eram colocados numa creche; na infância, enviados à escola; iam para a fábrica; durante a vida toda, pertenciam a uma agência de beneficência; podiam fazer depósitos numa caixa econômica; acabavam no asilo. Em suma, durante toda

*image  
not  
available*

encorajou a expatriação de classes perigosas, a estreita imbricação entre a guerra e a guerra civil em uma guerra colonial requalificada como “pequena guerra”, e travada na África do Norte contra os “árabes”, fornece à “República” as técnicas militares necessárias para sufocar a insurreição de junho de 1848. O coronel Charles Callwell não se engana quando afirma, em seu livro, que a “repressão” de “sedições” e “insurreições” em “países civilizados” por tropas regulares abre o caminho para a aplicação das *small wars*, que, à primeira vista, se limitam às campanhas de conquista (“já que uma grande potência anexa o território de raças bárbaras”) e expedições punitivas “contra tribos que habitam nas proximidades de colônias distantes”.<sup>4</sup> Mas sua definição como “guerra *partisan*” (*partisan warfare*) desfaz essa aparência e reestabelece a ordem das guerras em *Civilizados, bárbaros e selvagens*. E não surpreende que a conquista francesa da Argélia tenha lugar de destaque nesse tratado *late Victorian* da contrainsurreição.

Desautorizando toda nostalgia pelo que Hannah Arendt chamou de “idade de ouro da segurança” (que não seria rompida até o fim do século XIX, pelo pensamento racial dos bôeres),<sup>5</sup> tais guerras de conquista põem em relevo o caráter contínuo da acumulação primitiva, prolongando o racismo colonial em plena era industrial. Isso vai contribuir rapidamente para o desenvolvimento “científico” da fórmula imperialista “*Expansion is everything*”, no corolário que o persegue como sua sombra desde meados do século XIX!: “*Race is everything*”. O que confirma a nossa hipótese: o capitalismo é, consubstancialmente, um “mercado” da subsunção mundial que inclui, em sua própria realidade, a criação contínua e racialmente baseada da acumulação “colonial”. O próprio conceito de “modo de produção industrial” deve necessariamente incluir como suas “forças produtivas” a violência da predação imperialista e a do racismo colonial, burocratizadas no “governo das raças submetidas”,<sup>6</sup> junto com o trabalho, o capital e os novos bancos, que financiam o conjunto da operação (sob a proteção do Estado). Essa afirmação é, de fato, bem pouco arendtiana, tendo em vista que, para a autora, “a normal evolução capitalista” enceta “a morte natural de uma sociedade racista”.<sup>7</sup> Problema: a expansão imperialista depende (economicamente) do primeiro, incluindo (historicamente) o segundo em uma tanatopolítica racial, e assim

*image  
not  
available*

quantidade de intervenções governamentais” e com as “estratégias de segurança que são”, como Foucault apontou, “o inverso e a própria condição do liberalismo”.<sup>18</sup> Pode-se agora compreender a afirmação de Tocqueville segundo a qual “não é que a organização social da África precise ser excepcional apesar de algumas coincidências, ao contrário: as coisas na África devem ser conduzidas tal como na França, salvo por algumas exceções”.<sup>19</sup> Entre essas exceções, a interdição do comércio feito pelos “árabes”, que é, na avaliação do liberal Tocqueville, “o meio mais eficaz para submeter as tribos”.<sup>20</sup>

Quando a Revolução de Fevereiro de 1848 se transforma em guerra civil, na qual pela primeira vez a “classe operária” se manifesta como sujeito político de *combate de classe* (“Ai da Insurreição de Junho!”),<sup>21</sup> quem melhor que generais veteranos da África para combater não um exército, mas os “beduínos da metrópole”, que não têm *gritos de guerra, nem chefe, nem flâmulas?* Quem poderia gerenciar não um campo de batalha, mas uma cidade, em que os combates se dão rua a rua, casa a casa, senão os que haviam travado contra os “árabes” uma guerra “total”? O mesmo Bugeaud, responsável pela repressão aos levantes de 13 e 14 de abril de 1834, terá o comando da “Guerras das ruas e casas” [*La Guerre des rues et des maisons*, título de um manuscrito de Bugeaud sobre o período], promovendo a reorganização da própria cidade, doravante pensada como campo de batalha no front interno da luta de classes. Quem melhor para enfrentar os “bárbaros domésticos”, senão os que haviam combatido os “bárbaros” das colônias em situação semelhante? Quem melhor para aniquilar “essa corja rebelde”, esses “animais brutos e ferozes” do populacho revoltado do que o “Cavaignac Africano”, nomeado governador da Argélia em fevereiro de 1848 e ministro da guerra em 17 de maio do mesmo ano, preparado para “atuar em Paris” com seu exército de guerra civil tal como fizera nas montanhas de Cabília? Tocqueville, de início reticente (“mais por instinto do que por reflexão”) em relação à “ditadura militar” instaurada sob Cavaignac, termina por apoiar incondicionalmente a *destruição programada* do inimigo interno por meio de táticas militares “coloniais” (mil mortos em combate; 3 mil prisioneiros executados). No opúsculo sobre “as jornadas de junho de 1848”,

*image  
not  
available*

que se tornará um *leitmotiv* no argumento liberal: o *crescimento desenfreado* do Estado, em decorrência das Revoluções, em detrimento da sociedade, a qual, para ser efetivamente *defendida*, deve ser deixada por sua própria conta (“*laissez faire*”)...

Mas não é apenas em razão de sua negação da história da colonização e do papel dos mais ilustres liberais, que associam a ela a questão social, que não podemos subscrever a abordagem do liberalismo proposta por Foucault no curso do Collège de France dedicado ao *Nascimento da biopolítica* (1978–79). Esse curso foi muitas vezes tomado como uma análise do neoliberalismo, o qual, para Foucault, não passa de um *gênero particular* dessa *espécie comum* designada por ele como “arte liberal de governar” e que remonta ao século XVIII.

Na análise da governamentalidade liberal, cujas primeiras manifestações se encontrariam nos Fisiocratas, que ele toma ao pé da letra (o *laissez-faire* como meio de pôr fim à escassez de grãos), Foucault descarta a guerra como “cifra” das relações de poder, adotando a hipótese disciplinar, que vem substituir o desenvolvimento de uma teoria dos limites que a economia política impõe à governamentalidade. “O liberalismo é, num sentido mais estrito, a solução que consiste em limitar ao máximo as formas e domínios de ação do governo.”<sup>3</sup> Na economia de mercado, a forma moderna da governamentalidade, “em vez de se chocar contra limites formalizados por jurisdições, [...] se [atribui] limites intrínsecos”. O limite deixa de ser externo (direito, Estado) e torna-se imanente, sob a forma de uma “autolimitação da razão governamental, característica do ‘liberalismo’”, que será estudada no “quadro geral da biopolítica”.<sup>4</sup> Nesse novo quadro, o filósofo privilegia a correlação entre a “mão invisível” e o *homo œconomicus*, inscrevendo-a no coração do liberalismo como desqualificação das derradeiras formas de *soberania*: soberania econômica (pois o mundo econômico é de uma multiplicidade arredia à totalização na própria medida em que garante espontaneamente a convergência dos pontos de vista) e soberania política (uma razão de governamentalidade na qual coincidem, como para os Fisiocratas, a liberdade dos agentes econômicos e a existência do soberano). Ao nos pautarmos por Foucault, com Adam Smith a economia torna-se uma “disciplina ateia”, “sem

*image  
not  
available*



tecnologia de governo, interessa tanto a Foucault. Entrecruzam-se aí de maneira profunda todas as temáticas que lhe são mais caras: crítica da forma jurídico-política, crítica da soberania, genealogia não jurídica do poder, constituição de “unidades coletivas e políticas, sem ser por isso vínculos jurídicos: nem puramente econômicos, nem puramente jurídicos”.<sup>17</sup> Se a sociedade civil existe, com seus fenômenos de poder espontâneos, antes da forma jurídico-política, o problema que determina toda *nova arte de governar* é, simplesmente, “o de saber como regular o poder, como limitá-lo no interior de uma sociedade em que a subordinação já atua”,<sup>18</sup> desqualificando assim a razão política “indexada ao Estado”, inclusive em sua versão não despótica.

Foucault vai se deter na diferença entre a Alemanha, onde o valor da sociedade civil está em sua capacidade de “suportar um Estado” (numa linha que leva de Kant a Hegel), a França, que, após a Declaração dos Direitos do Homem, viu-se cindida entre “a ideia jurídica de um direito natural, que o pacto político tem por função garantir” (a partir de Rousseau), e as condições que a burguesia impõe ao Estado, e, por fim, a Inglaterra, que *desconhece o problema do Estado* em razão da “governamentalidade interna à sociedade civil”,<sup>19</sup> que faz do governo um *perigoso suplemento...* À guisa de ilustração da mão invisível, em que os interesses se combinam espontaneamente, Foucault toma de Ferguson uma análise comparada dos modos de colonização inglês e francês. “Os franceses chegaram com seus projetos, sua administração, sua definição do que seria melhor para suas colônias na América”, e estas fracassaram, mostrando assim a falta de recursos de seus “homens de Estado”. Ao que acrescenta Foucault-Ferguson (um Ferguson purgado de toda ideia de *virtude republicana* para melhor ser *liberalizado*): “Os ingleses chegaram para colonizar a América [...] com ‘vistas curtas’. Não tinham nenhum outro projeto senão o proveito imediato de cada um, ou antes, cada um tinha em vista unicamente a vista curta do seu próprio projeto. Com isso, as indústrias foram ativas e os estabelecimentos floresceram”.<sup>20</sup> Assim, é graças ao “esclarecimento” de Adam Smith que “a economia política denuncia, no meado do século XVIII, o paralogismo da totalização política do processo econômico”.<sup>21</sup> Mas Foucault não ignora que o Tratado de Viena (1815) sela o domínio

*image  
not  
available*

princípio, que, uma vez adequado à troca, se torna tal que o mercado determina, de saída, em um complexo jogo de interesses individuais e coletivos, a utilidade individual e a coletiva.

A questão “Por que governar?” é posta por qual realidade concreta da governamentalidade? Governam-se, no século XIX, as terras de predileção do liberalismo segundo os princípios da “independência dos governados em relação aos governantes”?

Em uma célebre polêmica entre liberais de ambas as costas do Atlântico, os ingleses zombam da palavra “liberdade” na boca de escravistas. Os “liberais” americanos respondem que na Inglaterra os trabalhadores, os pobres, os indigentes são tratados com mais crueldade que os escravizados. O que é, *de parte a parte*, totalmente acertado. Os liberais nunca adotaram o princípio de “independência dos governados em relação aos governantes” para “governar” as massas de despossuídos mantidas em estado de servidão, exploração e miséria. Essa humanidade, indigna de ser considerada como tal (o liberal Sieyès imagina um cruzamento entre “macacos e negros” para criar uma nova raça de serviçais), é submetida a uma governamentalidade de guerra civil que é o exato contrário do mínimo possível de governo, pois exerce uma dominação sem limites. Objeto da governamentalidade de um Estado policial que não se extingue com o “mercantilismo” de Locke, a população é, nesse sentido, um eufemismo, parte do *doux commerce* de Montesquieu denunciado por Marx. A independência dos governados em relação aos governantes diz respeito unicamente aos proprietários e seu objetivo principal é que o poder soberano jamais venha a limitar o gozo da liberdade de proprietários de exercer poder sobre escravizados ou semiescravizados – os pobres, os operários, suas mulheres e filhos...<sup>35</sup>

Em *Contra-história do liberalismo*, Domenico Losurdo pacientemente enumerou as definições propostas pelos historiadores para apreender a natureza do sistema liberal de poder relacionado à sua infraestrutura colonial: “plantocracia branca”, “democracia dos plantadores”, “*Herrenvolk democracy*” (democracia para o “povo dos senhores”), “liberalismo segregacionista”, “republicanismo aristocrático”, “democracia helênica” (construída sobre a escravidão), “democracia branca” ou,

*image  
not  
available*

conceitos de “social” e de “sociedade”. Nesse sentido, a sociologia de Durkheim representa o acabamento do trabalho, insidioso, cotidiano, habitual, das disciplinas e da norma de que fala Foucault: “Esse sistema de disciplinas como meio de poder é aquilo por cujo intermédio o poder é exercido, mas de maneira que se esconde e se apresenta como a realidade que agora deve ser descrita e estudada, aquela que se chama sociedade, objeto da sociologia”.<sup>41</sup>

A partir dos trabalhos sobre a governamentalidade (1977--78), a diferença entre a sociedade dos proprietários, regida por contrato, e a sociedade dos despossuídos, regida pelo hábito das disciplinas, desaparece e, com ela, desaparece também a divisão da sociedade. A “sociedade” torna-se agora uma ordem dita “natural” e “espontânea” de homens que se relacionam uns com os outros quando trocam, produzem e coabitam. A governamentalidade é aplicada a essa “naturalidade intrínseca” à sociedade; “o Estado tem a seu encargo uma sociedade, uma sociedade civil, e é a gestão dessa sociedade civil que o Estado deve assegurar”.<sup>42</sup> E isso de um modo tão *naturalmente imanente* que se buscaria em vão, nos cursos de Foucault sobre o liberalismo clássico, por vestígios da ideia de “gestão” das divisões sociais e da troca desigual que elas promovem (entre proprietário de terras e diarista, manufator e operário, entre mercado e público) – circunstâncias para as quais Adam Smith, entretanto, chamara a atenção, ao estipular uma diferença entre “o interesse geral da sociedade” e a expressão pura e simples dos interesses privados das classes dominantes.<sup>43</sup>

É verdade que, entre 1972 e 1977, Foucault passou da análise das disciplinas à das técnicas de segurança. Desapareceriam com isso a propriedade privada e a “sociedade” configurada por ela? As técnicas de segurança vão administrar o mesmo problema, mas apenas de outro modo e em outro contexto. Elas vão governar não a sociedade, mas as divisões produzidas pela propriedade. Vão produzir, incitar, solicitar e reproduzir a existência dos que possuem e dos despossuídos. São técnicas que, até hoje, gerenciam uma guerra civil que adquiriu uma forma mais abstrata, mais desterritorializada: a dos credores e devedores.

*image  
not  
available*

desenvolvimento das forças produtivas e a expropriação dos expropriadores que limitam o seu usufruto. Essa produção, duplamente pura, põe em questão um “imperialismo dos mais intensos, porque dos mais modernos”,<sup>14</sup> que começou por rebaixar a um estado “medieval, atávico, reacionário, contrário ao progresso” pelo próprio fato “de a partilha e a produção serem precedidas de uma expansão imperialista e, portanto, de uma apropriação, em particular da terra”. Contra um “inimigo tão reacionário, que tomava dos homens tudo o que fosse”, Lênin não via outra arma além “de tentar liberar as forças de produção e como que eletrificar a Terra”.<sup>15</sup> É preciso lembrar que ainda hoje o problema político da “questão social” é remetido à palavra mágica “crescimento”, conjugada à crença no “princípio do progresso tecnológico”, tanto pelos liberais quanto por boa parte dos marxistas, que também esqueceram de ser engelsianos? De forma mais concisa, Schmitt não deixa de salientar que “Marx retoma, acentuando-a, a ideia essencial do liberalismo progressista, de crescimento ilimitado da produção”.<sup>16</sup>

A pilhagem, o roubo, a rapina, a conquista, ou seja, a apropriação não mediada da “produção” por meio da força, não são anacronismos, vestígios de épocas passadas, destinados a serem obliterados pela modernização do aparelho de captura, com o desenvolvimento tecnológico, a organização racional do trabalho e a ciência. A apropriação não acontece apenas “no início”, ela também é praticada, inclusive em suas formas mais “medievais”, no capitalismo mais desenvolvido.

Em uma conferência ministrada em Düsseldorf em 1957, Kojève (que se dirige aos representantes do “capitalismo do Reno”) – também mencionada por Schmitt em um dos comentários que adiciona, no mesmo ano, ao republicar, em uma coletânea, seu ensaio “Nehmen / teilen / weiden”) – propõe duas definições do capitalismo que podem nos ajudar a entender melhor o sentido do “primado da apropriação”, na medida em que põem em relevo as ambiguidades e mal-entendidos que o “fordismo” introduz na compreensão da natureza do capital. Referindo-se a “um dos mais brilhantes artigos” que já leu,<sup>17</sup> o filósofo hegeliano e alto funcionário do governo francês propõe uma quarta raiz do *nomos* moderno, uma espécie de “dádiva”, que identifica como “raiz da lei

*image  
not  
available*



*administração produtiva* da moeda gerada pelo imposto, gerenciada sob a tutela do National Resources Planning Board: essa é a sequência que, iniciada com o abandono do padrão-ouro em 1933, conduzirá, após a Segunda Guerra Mundial e os acordos de Bretton Woods, à supremacia do dólar, que, como moeda do New Deal / *New Liberalism*, passa a dominar o capitalismo mundial: Pax Americana, Plano Marshall. Determinada não pelas leis imanentes da acumulação do capital, mas pelo que Ortega y Gasset chamou de “*la rebelión de las masas*” e pelas relações estratégicas entre as classes (no quadro do National Labor Relations Act, promovendo os sindicatos e sua representatividade nas negociações salariais), a subordinação da finança ao princípio constitucional de um *social welfare* (formalizado pelo Social Security Act) será, entretanto, temporária: coincidindo com o que David Greenstone chamou de “período proletário da política de classes”. O estado social do capital, ou seja, o reformismo, respondeu a isso reconhecendo as demandas trabalhistas como motor da socialização da produção, em uma exploração fundamentada na recuperação pelo consumo. Negri o define como “dolorosa interiorização da classe operária na vida do Estado”, que pode agora “embeber-se na sociedade”.<sup>28</sup> Mesmo nos Estados Unidos, as cartas foram embaralhadas de maneira singular com a entrada na guerra e com a instauração de um *capitalismo de guerra* (encabeçado pelo War Production Board e pelo War Labor Board) que emprega a violência necessária à realização do projeto de uma *sociedade-fábrica*, ao mesmo tempo que oportunamente suprime toda expectativa em relação a uma nova depressão.<sup>29</sup> Mais uma vez, a razão cabe a Keynes: “Parece politicamente impossível para uma democracia capitalista organizar as despesas na escala necessária para realizar o grande experimento que provaria minha tese – salvo em condições de guerra”.<sup>30</sup>

*image  
not  
available*

e guerra interestatal, na medida em que as características da primeira redefinem, em um *continuum* de violências extremas, as realidades da segunda, até então incompatíveis com o “pesadelo da pura destruição” (Jünger), recusando aos civis toda espécie de *jus in bello*.

Não é fortuito que Ludendorff comece sua obra a respeito da guerra total com uma refutação de Clausewitz, “o mestre da arte da guerra”, mostrando que ele se *restringe* à “aniquilação das forças militares”, contrariando assim seu próprio entendimento da novidade trazida pelas forças napoleônicas, as “forças populares” mobilizadas pela Revolução Francesa e integradas a uma primeira “guerra popular” (*Volkskrieg*, com seus “levantes em massa” e seu exército cidadão, exército de soldados-cidadãos). É verdade que o próprio Napoleão não se propunha mais que a destruição do exército adversário em batalha decisiva. Tampouco “a guerra atingira sua forma *abstracta* ou *absoluta*”<sup>7</sup> – como a da guerra mundial, em que “é difícil distinguir onde começa a força armada e onde termina a do povo. O povo e o exército eram um só” na “guerra dos povos”. Do que se segue que “as teorias de Clausewitz devem ser substituídas”. Isso se evidencia pela influência maligna que guardaram por muito tempo no seio do estado-maior alemão, onde contribuíram para essa noção ultrapassada da guerra como “instrumento da política externa” dos Estados. Agora é a política que deve servir à guerra, em uma transformação radical<sup>8</sup> na qual o interno e o externo são fundidos, tornando obsoleta a distinção entre combatentes e não combatentes *na política e na guerra totais*.<sup>9</sup>

“Sem a guerra total”, explica doutamente Daudet, “o bloco com o qual as nações aliadas pretendiam – ao menos até a deserção russa – cercar e fagocitar a Alemanha não passava, na verdade, de uma palavra”.<sup>10</sup> Em resposta, houve a “guerra total submarina” contra as embarcações mercantes dos Aliados – e mesmo “aquelas de bandeira neutra –, tão disputada quanto o bombardeio de populações civis, já que ambos se adequavam “às exigências da guerra total”, no dizer de Ludendorff.<sup>11</sup> O general italiano Giulio Douhet, ao qual se deve a primeira teoria dos bombardeios estratégicos, acrescenta que “a distinção entre beligerantes e não beligerantes deixou de existir, pois todos trabalham em prol da guerra, e a perda de um operário é talvez mais grave que a de um

*image  
not  
available*

*nova barbárie* que elas encarnam em cada um dos campos. “Um bárbaro destrói nossas igrejas”, dizia-se na França em 1914. Se a representação racista ou racial alimenta o tema do “bárbaro” que deve ser metralhado, bombardeado (“bombardeio de aniquilação”) e gaseado, a industrialização fomenta a ameaça de uma guerra civil cujos perpetradores (o “populacho”, na linguagem da Action Française, ou a “massa de insatisfeitos”, segundo o eufemismo de Ludendorff, bolcheviques e sindicalistas resistentes ao esforço de guerra) são submetidos ao mesmo regime.<sup>24</sup> O alvo principal são os operários, combatentes ou não. “Da mesma maneira, a antiga separação espacial entre o centro (espaço da paz e do direito) e a periferia (espaço da violência e da guerra) tende a desaparecer. A fronteira entre o interior e o exterior deixa de ser geográfica.”<sup>25</sup>

Em meio à paz inviável do entreguerras, dominada pelo Tratado de Versalhes, pela ameaça comunista e pela instauração da luta anticolonial no coração da Europa, entre os Aliados ocidentais,<sup>26</sup> Carl Schmitt se detém na distinção, cara à “ideologia liberal”, entre economia e política. Se é verdade que os “antagonismos econômicos se converteram em antagonismos políticos”, conforme escreve ele em *O conceito do político*, “foi errôneo acreditar que uma posição política conquistada com o auxílio da superioridade econômica [...] seria ‘essencialmente imbele’”.<sup>27</sup> Pois o que está em questão na “produção” (no sentido em que os economistas a entendem) não é tanto a economia quanto a luta de classes. Isso significa que, do ponto de vista revolucionário, a *guerra de classe* ocupa o lugar da crise econômica (e da luta parlamentar). Ainda com Schmitt – mas desta vez em um texto do pós-guerra, *Teoria do partisan*, cujo subtítulo é *Um parêntese ao conceito do político* –, veremos que a luta de classes é, como afirmou Lênin, “inimizade absoluta” (contra o *inimigo* de classe), confronto estratégico que, mediante a introdução de formas de combate “irregular”, subverte a configuração limitada da guerra e dos equilíbrios políticos que ela até então garantia em solo europeu. “A irregularidade do combate de classes coloca em dúvida [...] toda a construção da ordem política e social [...]. A aliança da filosofia com o *partisan*, firmada por Lênin, desencadeou forças inesperadamente novas e explosivas. Ela causou não menos que o rompimento de todo o mundo eurocêntrico que Napoleão esperara salvar e que o

*image  
not  
available*

ajudando ‘sua’ burguesia a conquistar e a oprimir o mundo todo com o método imperialista, com o intento de garantir melhores salários”.<sup>34</sup> Para que a revolução ganhe força, é preciso que os povos colonizados formem uma aliança.

Esse Congresso dos Povos do Oriente não será efêmero. O “despertar da Ásia”, entrevistado por Lênin quando da primeira revolução russa em 1905, constituirá, com efeito, nas palavras de Geoffrey Barraclough, o tema de “mais importância” do século XX, “a revolta contra o Ocidente”, que se encontra nas origens do declínio da Europa e do redimensionamento do Ocidente em geral. “Quando o século XX começou [...] o poder europeu na Ásia e na África estava em seu auge [...]. Sessenta anos depois, só restavam os vestígios do domínio europeu.”<sup>35</sup> Barraclough considera que a pressão da revolta do Sul contra o Ocidente foi tão importante, senão mais, para a crise, nos anos 1960, do modelo de acumulação do pós-guerra, quanto as lutas salariais da classe operária do Norte. Zinoviev chegara a conclusões similares nos anos 1920: “Quando o oriente despertar, a Rússia e, com ela, a Europa se tornarão um cantinho de um quadro muito mais vasto”.<sup>36</sup>

## 9.2 A guerra total como guerra industrial

O Capital é a segunda matriz das guerras totais em que a guerra e a produção tendem a se sobrepor uma à outra completamente. As guerras totais levam a alterações irreversíveis não apenas no modo de condução da guerra, incluindo a guerra civil, mas também na organização capitalista da produção, nas funções econômicas e políticas do “trabalho” e na governamentalidade das populações. Vencer a guerra deixa de ser uma questão apenas militar: é preciso, *antes de tudo*, vencer a guerra das indústrias, do trabalho, da ciência e da técnica; a guerra de comunicações e de produção de subjetividade... Limitado, até a guerra napoleônica, ao campo de batalha, o espaço-tempo da guerra transborda para a sociedade, englobando-a como as ondas de rádio (transmissão que não requer cabos de energia) que introduzem a guerra no seio da quarta dimensão, abolindo *a fronteira do espaço e do tempo*. Do ponto de vista da produção, o termo “total” remete à subordinação da

Com ela vem a primeira planificação da organização do trabalho e do controle da produção em escala nacional. Lênin percebe que a dialética da história é intensificada por uma guerra que acelera “a transformação do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado”, que ele considera “a preparação material mais completa do socialismo”.<sup>41</sup> A Rússia, que se tornara soviética em meio a uma guerra civil globalizada de catorze países, inspira-se na economia de guerra alemã, teorizada e posta em prática pelo industrial Rathenau, mestre de obras do planejamento alemão de produção armamentista, para organizar as *campanhas de produção* em “planos” quinquenais. Escreve Lênin em 1918: “O imperialismo alemão dá mostra de seu caráter economicamente progressista ao instituir, antes de outros Estados, o serviço de trabalho obrigatório”.<sup>42</sup> É assim que acontecem as realizações de Moellendorf, engenheiro mecânico por formação, conselheiro técnico do exército no Ministério da Guerra e braço direito de Rathenau; a mobilização industrial é o corolário de um projeto de planificação global do qual a “Comissão do Trabalho”, encarregada do controle da totalidade da mão de obra do Império, é o órgão central. “Todas as atividades dependiam obrigatoriamente das ordens da Comissão do Trabalho.”<sup>43</sup> Os historiadores contestaram a eficácia econômica dessa militarização *absoluta* da produção, que, na Alemanha, dependia de uma estrutura corporativa e autocrática para inverter a tendência e ganhar a guerra quando Ludendorff obteve, em julho de 1917, plenos poderes. Seja como for, esse será o modelo de Estado planificador, baseado na mobilização total da população, que as demais potências europeias terminarão não por adotar, mas por *adaptar* ao promover o “soldado do trabalho”. Este se impõe como verdadeiro *sujeito coletivo* da guerra total na produção de massa que ela promove e que vai modificar a gestão da força militar, tomando como modelo o controle “científico” da produção voltado à militarização da sociedade civil.

Com a introdução de linhas de montagem nas indústrias de armamento e de construção mecânica (sobretudo de automotores), a economia de guerra estimula e aprofunda os *princípios* de organização taylorista do trabalho ligado à padronização e à fabricação em série. Esta havia sido bastante limitada antes da guerra, graças à destruição das estruturas industriais e à



resistência operária contra a lei do cronômetro e a remuneração por desempenho características da nova disciplina fabril.<sup>44</sup> Na França, o aumento de produtividade na metalurgia chegou a 50% graças ao taylorismo; na Grã-Bretanha, privilegiam-se as *national factories*, por volta de 70 em 1915 e mais de 200 ao fim da guerra; nos Estados Unidos, após a introdução do “sistema Taylor” no arsenal de Watertown (1909–11), a construção naval é racionalizada e desenvolvida para fazer frente às necessidades dos Aliados (contando com montagem de navios de carga a partir de peças pré-fabricadas). George Babcock, membro da Society to Promote the Science of Management e tenente-coronel durante a guerra, declara em Boston, em 1919, diante de uma plateia de engenheiros: “A maior lição que a guerra nos ensinou é que a expansão e o aprofundamento dos princípios da organização científica encontram sua justificativa prática no fardo mais pesado que já tiveram de suportar”.<sup>45</sup>

A começar pelos Estados Unidos, onde “a administração científica foi adotada desde o início da Primeira Guerra: novos sistemas de cálculo automático dos salários, o registro detalhado da produtividade, a padronização e a organização do trabalho em torno de contramestres ‘funcionais’ são adotados em todos os estabelecimentos militares e industriais, sob os auspícios do governo federal”.<sup>46</sup> O fenômeno se torna ainda mais amplo no pós-guerra, que se caracteriza pelo desenvolvimento do consumo de massa e pela regulação disciplinar das lutas operárias com um anticomunismo furioso, sem o qual Taylor e seu regime gerencial de imposição não teriam se tornado os heróis da “nova indústria”.<sup>47</sup>

Mas a derrota do movimento operário após o fim da Primeira Guerra é também uma consequência da “colaboração entre capital e trabalho”. Ela presidiu, em toda a Europa, a incorporação negociada do operário no Estado nacional da guerra total. Antes de sua reconfiguração ítalo-fascista e teuto-nazista, a França reformista de Albert Thomas (deputado socialista e favorável à “União Sagrada” cuja missão, como ministro das Munições, era armar a França) e de Léon Jouhaux (à época secretário geral da Confederação Geral do Trabalho – cgt) privilegia as novas formas de organização do trabalho e de disciplina social, aos quais cabe

substituir a luta de classes pela unidade nacional em nome do progresso econômico. Promovendo-se “por todos os meios a aproximação” entre “industriais e operários”, propõe-se que “o esforço de guerra sirva também, na medida do possível, para armar o país para as lutas pacíficas no terreno industrial”.<sup>48</sup> No início da década de 1920, no contexto mais liberal dos Estados Unidos, de “concorrência colaborativa”, percebe-se que esta não é mais que “a variante americana dos esforços europeus para transcender a luta de classes e edificar uma ‘democracia funcional’”.<sup>49</sup> Pelo fato mesmo de que o trabalho mostrou-se, na reconstrução do pós-guerra, um vetor e um instrumento da guerra de subjetividade (ou, no vocabulário usado pelos socialistas e sindicalistas franceses – do “espírito da guerra”, que é também uma “guerra do espírito”), os “progressos” consideráveis da aplicação científica das técnicas disciplinares à guerra do trabalho se mostram dependentes de sua extensão e intensificação biopolítica no conjunto da sociedade, engajando também um *front doméstico*.

A abertura desse front doméstico foi empreendida pela feminização do trabalho, engendrada pela Primeira Guerra (as “*munitio-nettes*”). A guerra das mulheres contribui assim à nova gestão taylorista da força de trabalho (qualificada e não qualificada), renovando por completo a velha prática manufatureira de empregar o trabalho feminino apenas na falta de braços masculinos (“vagabundagem” e instabilidade operária, períodos de sementeira e monções, convocação militar). Não se deve esquecer que nos anos 1960 havia menos mulheres empregadas na força de trabalho do que durante a guerra. (No caso dos Estados Unidos, além do meio milhão de mulheres mobilizadas pelas forças armadas, mais 5 milhões foram empregadas nas indústrias de defesa, totalizando por volta de 6 milhões de mulheres trabalhadoras.) O pleno emprego da época fordista é, principalmente, coisa de homens. *Rosie the Riveter* [Rosie, a Rebitadora], do cartaz célebre de Howard Miller, perdera lugar. E em mais de um sentido, já que sua premissa remonta à Primeira Guerra. E às primeiras derrotas para a guerra do movimento feminista.

As lutas de emancipação das mulheres que se encontravam na “linha de frente”, muitas das quais se tornaram viúvas,<sup>50</sup> tiveram

início na França do pós-guerra, com a frustração – a despeito da força do movimento feminista francês em 1914 – pela recusa do direito ao voto. Aprovado na Assembleia Nacional, seria rejeitado pelo Senado em 1922, sob a alegação de que as mulheres poderiam levar ao poder um “novo Bonaparte” ou, ainda, favorecer uma “revolução bolchevique”. (O direito ao voto feminino viria apenas em 1944, por decreto do Comitê Francês de Libertação Nacional, pelos serviços prestados à Resistência.) Mesma desventura na Itália, que entretantes se submetera a Mussolini. Na Bélgica, poderiam votar apenas as mães ou esposas de soldados caídos no front: o *sufrágio dos mortos*, estabelecido em 1920. A situação mais interessante é a da Inglaterra, em que a recompensa pelos serviços prestados à nação é mencionada na aprovação do direito feminino ao voto de 1918, condicionado ao do marido e a uma idade mínima (mais de trinta anos), excluindo as jovens que haviam colaborado nas fábricas de munições (*women war workers*) ou no exército... De resto, a questão do voto feminino foi um “acréscimo tardio” a um projeto que visava à ampliação do eleitorado masculino e que fora a única proposição na *Speaker’s Conference* a não obter unanimidade. “A mulher, mesmo dotada do direito ao voto, permanece, antes de tudo, mãe e esposa (já que se trata de uma mulher de mais de trinta anos), ao passo que as jovens que se tornaram mais independentes com a guerra, conhecidas como ‘*flappers*’, não serão ouvidas na reconstrução do país”.<sup>51</sup> Somente em 1928 a idade mínima para o voto feminino se alinhará à dos homens, na Inglaterra. Como disse a feminista alemã Helene Lange em 1896, “os homens só concederão às mulheres o direito ao voto quando isso lhes for conveniente”. E isso implica também seus *interesses de classe*. (Com a revolução de 1918 e a nova constituição da República de Weimar, o direito feminino ao voto é assegurado na Alemanha.) Numerosos estudos feministas apresentaram o princípio de uma “dupla hélice”, em que a integração social das mulheres durante a guerra foi um parêntese breve, que rapidamente se fechou com o retorno dos homens, pois a luta de gêneros fora largamente suspensa no *homefront* durante o conflito. “As mulheres, quando passam a ser denominadas pelo seu sexo, não podem, de acordo com as formulações de políticas sociais, escapar à encarnação do gênero, enquanto trabalhadoras sem *status* ou

temporárias, sendo também percebidas como portadoras da ameaça de uma maternidade sempre possível.”<sup>52</sup> A guerra reconduz, assim, *ao trabalho da guerra contra as mulheres* até mesmo em sua servidão à ordem de produção. Na versão capitalista ou socialista.

As guerras totais dão ensejo, na Europa, a uma ideologia produtivista que se espalha até a União Soviética, onde se desenvolve o ideal de um *taylorismo proletário* que se transforma em “stakhanovismo”, considerado por Lênin um “imenso progresso da ciência”. Ciência esta que ele pretende dissociar da função de exploração capitalista, que limitava a “racionalização” apenas ao processo de trabalho, para expandi-la à sociedade como um todo. Em suma, uma guerra total, que, se Lênin vê sob um prisma “coletivista”, é porque não compreende a dinâmica (bio)política real, que se efetiva, entretanto, “na palavra de ordem ‘recenseamento e controle’, martelada [por ele] durante esse período”.<sup>53</sup>

A crítica do trabalho, que marcara as lutas proletárias do século XIX, dá lugar a uma espécie de “santificação”, cujos efeitos deletérios no movimento operário são plenamente sentidos após a Segunda Guerra. Separada da “mobilização revolucionária dos trabalhadores”, convocada por Lênin, a emancipação depende agora da “disciplina de trabalho”, antes de se tornar questão de crescimento e produtividade da economia como objetivo único do movimento operário. A lição é mais uma vez tayloriana.

A guerra total suprime, assim, a ambivalência de Marx, que via no trabalho a essência genérica do homem e o lugar da exploração. A imagem da guerra como “uma ação armada é aos poucos substituída em prol da representação que a concebe como um gigantesco processo de trabalho”.<sup>54</sup> O que explica a conversão, praticamente instantânea, do operário internacionalista em soldado nacionalista: a organização da guerra e a organização do trabalho tornam-se homogêneas com o *trabalho de guerra*. No front mais imediato da militarização do trabalho, vê-se, de um lado, “trabalhadores de choque” e, do outro, “operários da destruição”, tropas em que nem todos são de choque... Como explica Massimiliano Guareschi, trata-se de uma nova máquina útil na linha de montagem:

o soldado das trincheiras é um material humano cujas peças podem ser trocadas: pela primeira vez a medicina recorre a próteses para substituir membros destruídos ou reconstruir um rosto desfigurado. Mas o soldado-operário também pode ser trocado por inteiro. Em seu trabalho, seja na fábrica ou na guerra, é suprimida e aniquilada toda relação com as artes que estão na origem dessas atividades. A fabricação em série, em uma linha de montagem, desenrola-se sob a forma de produção anônima da morte nas batalhas travadas em campos materiais. Em 1930, Friedrich Georg Jünger, na obra *Krieg und Krieger*, e seu irmão Ernst, em *Die totale Mobilmachung*, apontam para o caráter anônimo da produção em série no nível do trabalho de guerra e a definem como uma das características fundamentais da guerra mundial.<sup>55</sup>

No decorrer de um confronto menos interestatal do que interimperialista, os fluxos de capital financeiro e os fluxos de guerra perdem cada vez mais seus limites, iniciando assim um novo processo de desterritorialização. A guerra libera a “produção” das necessidades do “mercado”, na medida em que sua finalidade deixa de ser a “rentabilidade” ou o “lucro” (mas os capitalistas enriquecem como nunca),<sup>56</sup> voltando-a para a produção ilimitada de “meios de destruição” em torno dos quais a máquina econômica e a sociedade como um todo são mobilizadas em uma disciplina maquínica sob um comando reticular único. (Parafraseando David Noble: *The military term for management is command; the business term for command is management.*)<sup>57</sup>

Simultaneamente, a transformação da luta de classes, derrotada no front interno, em guerra civil revolucionária, operada pela Revolução Soviética, expande, em um front invertido, a guerra para além dos limites de espaço e tempo estabelecidos pelo *jus publicum europæum* que enquadrava sua razão de Estado. A guerra total é mundial não apenas em extensão como também *em intensão*, tornando porosas as fronteiras entre espaço civil e espaço militar.

Ao liberar a guerra e a produção de *todos* os limites, a guerra imperialista e a guerra civil revolucionária engendram a produção e a guerra *totais*, cuja condição de possibilidade é a destruição enquanto tal: destruição do inimigo nacional, do inimigo de classe, mas também, com o nazismo, destruição absoluta, *destruição total*.

No entreguerras, o filósofo alemão Karl Korsch expressou sua

desavença em relação aos bolcheviques, alertando para os efeitos destrutivos da guerra total, segundo ele ignorados pelos marxistas. A produção, diferenciada da destruição, teria perdido seu caráter progressista, uma vez que as *forças destrutivas* da guerra moderna mecanizada haviam sido integradas às “forças produtivas” da máquina de guerra do capital. Ou, para colocar em termos ainda mais *econômicos*: “Os ganhos de produtividade e os ganhos de destruição passaram a obedecer à mesma tendência, o custo da destruição decresceu ao longo dos séculos XIX e XX. No que se refere ao potencial destrutivo, a tecnologia militar nunca foi tão barata”.<sup>58</sup> Tudo se passa como se o consumo e a produção só pudessem tender ao infinito em relação à destruição. É o que a guerra total, e em particular a Segunda Guerra, prelúdio da sociedade do consumo em massa, pode confirmar.

A conversibilidade entre produção / consumo / destruição, implicada na mobilização geral das forças produtivas (trabalho, ciência, técnica, população), põe em questão a capacidade das categorias da economia política, mas também de sua crítica, de apreender a natureza da produção capitalista, mesmo que a ilusão (liberal) de que a guerra seria substituída pela economia tenha sido desmentida pelos fatos e que a guerra não sirva mais apenas para “combater na luta da concorrência [*der Konkurrenzkampf durch Kriege*]”. Como definir capital e trabalho na guerra total? Como restringir o conceito de capital a uma definição “econômica”? Seriam as únicas oposições possíveis aquelas entre “capital produtivo” e “capital fictício” ou “capital parasitário”? Que sentido teria, na era da guerra total, a disputa acadêmica sobre a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo? Como definir a enorme quantidade de trabalho envolvido na “mobilização geral”? Como explicar o fato de que os maiores avanços da ciência e da tecnologia foram estimulados pela pesquisa militar e postos a serviço de “enérgicos programas de equipamento” que não se distinguem dos *meios de destruição*, exceto por terem um poder ignorado por qualquer outra “civilização”?

A guerra total põe em xeque a concepção marxiana do capitalismo e das forças produtivas que ele libera (trabalho, ciência, técnica) como forças do “progresso” que *favorecem* a criação de condições de extinção do próprio capitalismo e de

implantação do comunismo. A função progressista da burguesia e do empreendedor se extingue ao mesmo tempo que a “educação elétrica das massas”, na expressão de Lênin [no VIII Congresso dos Sovietes de Toda a Rússia, 1920]. Sem a introdução de *relações estratégicas de poder* no nível constitutivo mais profundo do capital, a própria natureza deste escapa a seus adversários mais resolutos. A guerra se torna um parêntese, uma interrupção do curso normal das atividades (econômicas) e, uma vez encerrada, o capital retoma seu caminho e sua história “produtiva” como “condição de emancipação” da humanidade – que ocorrerá quando “o proletariado [tiver] desaparecido” (de acordo com a célebre frase de Lênin, que continua a valer fora do contexto soviético de 1921). O choque na geração da guerra é expresso por Walter Benjamin, para quem a *própria possibilidade* de crença no progresso, na ciência, na técnica e na disciplina do trabalho assalariado tinha sido destruída pelas “tempestades de aço” e pelos gases de combate da Primeira Guerra, depois reconvertidos em pesticidas.

De maneira surpreendente, após a Segunda Guerra, que viu o crescimento da indústria americana com uma rapidez sem precedentes, pelo financiamento (como após o primeiro conflito) da mobilização dos Aliados, a produção será novamente separada da destruição e o capitalismo, da guerra, como se sua relação tivesse sido conjuntural. Prova, como se necessário fosse, da dificuldade que o marxismo tem de abandonar a concepção progressista do capital, do trabalho assalariado, da técnica e da ciência, a despeito da trágica constatação de sua função destrutiva nas guerras totais. Essa concepção continua a alimentar o marxismo, em suas variantes ortodoxa e heterodoxa, até a formulação da teoria da aceleração, que recicla, em registro *techno*, a sensibilidade progressista do socialismo do século XIX e sua substituição dialética pela planificação (neo)leninista de uma “administração (pós-)proletária”.

De maneira menos cômica, no longo pós-guerra do fordismo, as teorias mais heterodoxas retomam a definição marxista do Capital, como se as guerras totais não tivessem existido, como se, com suas metralhadoras, já não tivessem efetuado a subsunção mais real da sociedade inteira à máquina de guerra do capital. “Até o nervo mais tenso” e até a “criança no berço”, é toda “uma física e uma

metafísica das trocas” que serão mobilizadas, tanto “nos tempos de guerra como nos de paz”: pois a “guerra dos trabalhadores”, que mobiliza “automotores e aviões, conglomerando milhões de seres nas metrópoles”, mostra que “não existe mais sequer um átomo que seja *alheio ao trabalho*”.<sup>59</sup>

### 9.3 A guerra e a guerra civil contra o socialismo (e o comunismo)

A matriz mais importante da guerra total foi sem dúvida a guerra civil entre o capitalismo e o socialismo. As “pequenas guerras” contra os operários parisienses em 1848 e os *communards* (“os beduínos internos”) em 1871 são insuficientes, agora que o socialismo se apresenta como uma alternativa global ao capitalismo. Ora, desde a revolução russa de 1905, reprimida com sangue, “que introduz em cena atores que serão os protagonistas de 1914”,<sup>60</sup> até as vésperas do conflito, o socialismo faz o capitalismo tremer. O sinal de alerta foi ouvido também nos Estados Unidos, em razão da crescente popularidade do Socialist Party entre o movimento sindical.<sup>61</sup>

Em seu precioso *1914*, Luciano Canfora cita uma passagem do historiador inglês Herbert Fisher, extraída de *História da Europa* (1936): “Uma greve de operários de São Petersburgo que começa em 8 de julho de 1914, que erguerá barricadas e fará combates de rua, parece mostrar que, na corrida entre a guerra e a revolução, esta chegará primeiro”. Em outra passagem, ele também cita Braudel: “sem exagerar a força da Segunda Internacional, podemos afirmar que em 1914 o Ocidente se encontra à beira do socialismo, que está prestes a se apoderar do poder e construir uma Europa moderna, talvez mais moderna que a atual. Uns poucos dias e horas bastarão para arruinar essas esperanças”.<sup>62</sup>

É um axioma: quando a “política” beira a guerra civil se voltando contra o capital, este responde pela guerra. Nesse sentido primeiro ou “original”, a guerra civil (virtual-real) precede a guerra total *que ergue as massas contra si mesmas*. Segue-se o corolário: incitados pelo capital financeiro, apoiados pelos liberais e pelos dirigistas, os impérios e os Estados mergulharão, sem pensar duas vezes, a Europa no massacre da Primeira Guerra Mundial. Quando os



“beduínos internos” se contam aos milhões e o socialismo deixa de ser um espectro para se tornar um horizonte em toda a Europa, é preciso que a “grande guerra” assuma o caráter exterminador da “pequena”, erradicando-os. Sua violência extrema é *massificada* mediante a mobilização industrial de nações transformadas em “gigantescas fábricas de produção em série de armamento, a fim de poderem enviá-lo nas 24 horas de cada dia, em um processo mecanizado de consumação sangrenta que faz as vezes do mercado”.<sup>63</sup> Escusado lembrar que “cabe às democracias liberais o mérito de ter mergulhado o século xx nas profundezas do inferno”.<sup>64</sup> Tendo percebido que a guerra não conseguira liquidar com o socialismo e que o perigo do comunismo tomara corpo com a Revolução Soviética que se embrenhara pelos fronts interno e externo, as elites liberais não hesitaram em aderir completamente à era das *grandes guerras* europeias. A *guerra civil mundial* começa com a investida contra a Revolução (russa) daquilo que Schmitt chamará (para reservar o termo aos Estados Unidos!) o *conceito discriminatório de guerra* (a guerra contra um inimigo total).<sup>65</sup> A emergência tardia da noção de *Weltbürgerkrieg* na literatura conservadora e contrarrevolucionária se deve, não por acaso, a um *desvio [détournement]* (e a uma reversão [*retournement*]) da “guerra civil revolucionária” leninista...

Põe-se no entreguerras a questão do sentido das transformações trazidas pela “guerra total” em relação à guerra civil vencida pelos soviéticos e que ameaça mergulhar a Alemanha na tormenta revolucionária. Na Itália, Mussolini promete barrar o contágio. Exceto pela União Soviética, o ímpeto da “ideologia militante produtivista” é contido pela multiplicação de greves operárias, enquanto o rearmamento está na ordem do dia. A distinção de princípio entre guerra e guerra civil tende a se tornar fluida, a ponto de dissolver-se. Ernst Jünger oferece um testemunho precioso: “Existe entre estes dois fenômenos, a Guerra mundial e a guerra civil, uma imbricação profunda que não se mostra à primeira vista; pois são os dois lados de um mesmo acontecimento de envergadura planetária”.<sup>66</sup> No outro polo do espectro ideológico, Hannah Arendt também liga a guerra interimperialista à revolução e à guerra civil: “uma guerra mundial aparece como consequência da revolução, uma espécie de guerra civil se

alastrando por todo o mundo, tal como a própria Segunda Guerra Mundial foi vista por uma parcela considerável da opinião pública”.<sup>67</sup> O que justifica o sentido que Lênin dá à guerra total, quando mostra, já em 1914, que, no quadro do capitalismo mundial, só há uma “guerra justa”: a guerra civil contra a guerra (imperialista).

Ponta de lança da União Sagrada em torno da qual os partidos socialistas europeus se reuniram, o nacionalismo, que constitui a força subjetiva de mobilização pela guerra é, ao lado do racismo, a primeira resposta à intensificação do conflito social e à ameaça de guerra civil. Como observa Thomas Hippler, “a guerra só é nacional na medida em que as nações beligerantes conseguem deter o conflito social subjacente a ela, e o problema social é absorvido na questão nacional”, quer dizer, “a guerra entre nações dissimula a guerra de classes [...], guerra latente que corrói as nações por dentro”.<sup>68</sup>

Foucault teve o mérito de mostrar que o poder não é apenas repressão, mas produção, incitação, solicitação, “ação sobre ações”, na fórmula consagrada. Mas é preciso lembrar, como *matter of fact*, que, quando a existência política do Capital foi posta em questão, pelo socialismo e pelo comunismo, o capitalismo respondeu com a repressão, a “brutalização” das populações e a guerra. Somente depois da vitória da Europa contra a revolução é que pôde ser implementado o New Deal (o mesmo, em linhas gerais, nos Estados Unidos democráticos, na Itália fascista e na Alemanha nazista). Foi preciso, portanto, uma guerra total, a crise de 1929 e as guerras civis europeias para que o Capital consolidasse, por algum tempo, uma resposta “econômico-política” a nível global e o poder mostrasse uma faceta mais democrática, sem, no entanto, perder de vista a mobilização para a guerra. “Para ir adiante”, declara Roosevelt em seu discurso de posse em 1933, “devemos nos comportar como um exército coeso, leal, pronto a se sacrificar pelo bem de uma disciplina comum [...]. Não hesito em assumir a frente desse grande exército, formado por nosso povo, que faz todos os esforços para atacar, com disciplina os problemas que temos em comum”. Enunciação cristalina de que o New Deal é a continuação da guerra por outros meios... reconduzindo o National Recovery Act (nra) para o War Industries

Board estabelecido por Wilson em 1917, que lhe servira de modelo.

O envolvimento do proletariado industrial e da população na guerra total foi seguido pelo desenvolvimento crescentemente desordenado do capitalismo, desfazendo a organização (taylorista-fordista) do trabalho, culminando no colapso do capitalismo financeiro americano (a Grande Depressão de 1929). Esse processo sela a falência do liberalismo e traz de volta os riscos da guerra civil, constringendo os regimes “democráticos” e os regimes fascistas a assumirem responsabilidade pela “questão social” com o reforço e a *universalização* do Estado na gestão econômica e no controle da sociedade. Cabe dizer, portanto, que “o Estado nacional, tal como se constitui a partir do século XIX, evolui progressivamente para um Estado nacional-social”.<sup>69</sup> Atrairá com isso as críticas tanto dos liberais como dos marxistas americanos, em razão das similaridades entre o New Deal, o Estado corporativo de Mussolini e o Estado totalitário de Hitler – a essa lista, os liberais acrescentam “socialismo de Estado”.<sup>70</sup> Pois, como o “fascismo” era, então, mais ou menos sinônimo de economia dirigida e *Estado forte*, o New Deal será com frequência assimilado, nem sempre criticamente, a um *fascismo econômico*.<sup>71</sup>

O intenso debate que acontece quando da redação da nova constituição alemã no pós-guerra em torno da definição do que seria um Estado “social”, que será avaliado, de maneiras diferentes, tanto por Schmitt quanto por Foucault, é inseparável do grande problema da descontinuidade das *políticas social-democráticas* em relação às medidas tomadas na década de 1930 nos Estados Unidos e também na Itália e na Alemanha. Podemos pensar também no último diálogo franco-alemão – o “colóquio Walter Lippmann” – que ocorreu em Paris em 1939, no qual alguns oradores fugidos da Alemanha ou forçados ao silêncio colocam sob o signo do *liberalismo social* a ideia (intervencionista) pela qual “o Estado deve dominar o devir econômico” (Franz Böhm).<sup>72</sup>

Excedendo o princípio disciplinar da *sociedade-fábrica*, as políticas sociais aplicadas transversalmente na democracia americana, no nazismo e no fascismo ultrapassam a definição de biopoder (controle de natalidade, administração sanitária, segurança do trabalho etc.). Elas não se limitam à vida “biológica” das populações e à garantia de sua “segurança”, mas estendem-se

ao *equipamento da vida moderna* como um todo, abrindo caminho para o consumo de massa como nova forma de controle: programas de “motorização” na Alemanha (criação da primeira malha de autoestradas e lançamento do “carro do povo”: *Autobahn* e *Volkswagen*) e de “eletrificação” nos Estados Unidos (programa hidráulico do Tennessee Valley Authority [tva], incluindo a melhoria das terras em um verdadeiro projeto de organização do território, o *New Deal Landscape*), invenção (e taylorização) dos “lazers”, do *dopolavoro* (Opera Nazionale Dopolavoro) e da *Kraft durch Freude* (a Força pela Alegria), a utilização maciça do rádio (“Éden elétrico, onde o eu é absorvido na tecnologia!”, na famosa frase de McLuhan) e do cinema, desenvolvimento da propaganda e do controle etc. Sobre isso, deve-se mencionar a Blue Eagle Campaign do nra, decalcada da mobilização de guerra dos anos 1917–18, por intermédio da qual cada cidadão, cada consumidor, cada empregado, cada empregador se engajou tanto quanto os membros do nra para apoiar *pessoal e publicamente* o conjunto de medidas emergenciais do New Deal: “*we do our part*”, “*Those who are not with us are against us!*”.<sup>73</sup> Sabendo que Hitler rapidamente compreendeu que a pauperização material e mental da classe operária, liberta de seus “monges” (*Bonzen*) e de seus sindicatos marxistas, não jogava a favor do novo regime e do novo espírito de unidade nacional e social, qualquer semelhança com o “povo” (*the people, the common American*) com a *Volksgemeinschaft* não era... por acaso. Sublinhemos o óbvio: por intermédio de elementos que não são diplomáticos, em alguns anos, antes que a história se acelerasse decisivamente no sentido de um expansionismo “axial”, foram constantes as *trocas* entre o fascismo de Mussolini, o New Deal de Roosevelt e o nazismo de Hitler.

O objetivo das políticas sociais dos anos 1930 era afastar o perigo do “coletivismo” bolchevique e pôr sob tutela o individualismo suicida do “capitalismo” liberal e financeiro. O New Deal, o fascismo e o nazismo eram então considerados por “observadores” americanos e europeus como três tipos de *governamentalidade pós-liberal* que tinham por objetivo a planificação da economia sob a direção do Estado, ao qual incumbiria *proteger – e proteger os interesses do capital contra o próprio capital e contra o povo, nacionalizando ambos* após a morte violenta do *laissez-faire*. (Ele não

havia levado à Grande Guerra, e dela à Grande Depressão?) Um Estado *nacional-social*, portanto. “O que deveríamos chamar de nacional-socialismo” – sublinha um respeitável professor da Universidade de Chicago e autor de uma volumosa obra intitulada *The Pursuit of Power* – “se Hitler não tivesse se apoderado do termo, emergiu dos quartéis e dos escritórios das forças armadas europeias e, com a ajuda de uma coalizão de elites administrativas provenientes do mundo dos grandes negócios, das grandes centrais sindicais, da universidade e do círculo íntimo do poder, ganhou rapidamente a sociedade europeia”.<sup>74</sup> E mesmo o stalinismo, com a ideia de edificação do socialismo em um só país e a renúncia, a partir de 1924, à internacionalização do proletariado, poderia ser chamado de nacional-socialismo *avant la lettre*. Para além do combativo interesse por seus experimentos de planificação, Stuart Chase, famoso jornalista dos Democratas a quem se atribui a criação do termo “*New Deal*”, concluiu sua coluna chamada “*A New Deal for America*” com uma tirada de humor bem britânico: “*Why should we let the Russians have all the fun of remaking a world?*”.<sup>75</sup>

#### 9.4 O paradoxo do biopoder

As duas guerras mundiais, as guerras civis e a crise de 1929 promoveram uma generalização e uma totalização sem precedentes das técnicas biopolíticas e disciplinares. Introduziram uma ruptura radical em sua evolução, da qual Foucault nem de longe dá conta. No entreguerras, o biopoder e as disciplinas foram completamente reconfigurados em relação às lutas de classe e às guerras civis que se desenrolavam na Europa. A importância delas é tal que cabe dizer, a propósito da série histórica entre 1914–45, que ela forma uma mesma “guerra civil europeia”.<sup>76</sup>

Foucault descreve perfeitamente a generalização dos novos mecanismos de poder que encontram no nazismo o seu paroxismo: “Não há sociedade a um só tempo mais disciplinar e mais previdenciária”, afirma ele. O desenvolvimento dessa “sociedade universalmente previdenciária, universalmente provedora de segurança, universalmente regulamentadora e disciplinar” é explicado como a realização de uma tendência “inscrita no

funcionamento do Estado moderno”.<sup>77</sup> Mas como dar conta da generalização do biopoder e das disciplinas sem problematizar a “máquina de guerra” do Capital na aurora de sua nova *organização*, quando sobressai, energicamente, o seu caráter *social*?

Mencionamos que na Primeira Guerra a extensão das disciplinas dependia estritamente da economia de guerra e da difusão não somente disciplinar, mas também biopolítica, do *valor-trabalho* como princípio de organização da “mobilização total”. O inesperado êxito da Revolução Russa e o fracasso das revoluções na Europa, aliados à crise financeira de 1929, tornam indispensável a completa reconfiguração do biopoder para neutralizar a “luta de classes” e a guerra civil mundial. Esse quadro estratégico é a condição de inteligibilidade do fascismo, do nazismo e da generalização das técnicas de poder, com o “direito de matar” que as acompanha.

Na última aula de *Em defesa da sociedade*, Foucault explica que a generalização do biopoder produz um paradoxo: o poder que se ocupa da administração da vida pode também suprimi-la, suprimindo-se assim a si mesmo enquanto biopoder. O paradigma dessa situação paradoxal é o poder atômico, pois a bomba pode aniquilar a população que o biopoder está encarregado de proteger. Nesse estágio, o velho privilégio do poder soberano de decidir sobre a vida ou a morte de seus súditos (“o direito de matar”) é revogado (como um poder que garante a vida poderia ordenar a execução capital?). Ora, segundo Foucault, a única saída para esse paradoxo é o chamado “racismo de Estado”. “Apenas o nazismo, é claro, levou até o paroxismo o jogo entre o direito soberano de matar e os mecanismos do biopoder. Mas tal jogo está efetivamente inscrito no funcionamento de todos os Estados”.<sup>78</sup>

O biopoder leva populações inteiras “à destruição mútua em nome da necessidade de viver” e, nesse sentido, “os massacres se tornaram vitais”. Mas por que introduzir a raça como fator determinante da “questão nua e crua da sobrevivência”?<sup>79</sup> Não seria uma maneira de se furta à presença esmagadora da luta de classes (da qual, a partir da acumulação primitiva, podemos considerar a guerra de raças como uma das articulações), que ameaça sabotar a guerra imperialista pela conquista dos mercados mundiais e na qual os beligerantes podem permanecer como